

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 27 de novembro de 2023**

Aos **vinte e sete** dias do mês de novembro, do ano dois mil e vinte e três, pelas **vinte e uma horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão ordinária**, na sala das sessões, no edifício sede dos paços do Município de Almodôvar, sob a presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 1ª secretária e **Alexandre Guerreiro Figueiredo** como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PS:** Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, António Manuel Horta Fontinha, Maria Cristina Martins Brás Germano, João Manuel dos Santos Romba Guerreiro, Marília da Conceição Guerreiro, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Helena Isabel Teixeira Barão, o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves e o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro. -----

**Eleitos pelo PSD:** Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco, Ana Isabel Teixeira Guerreiro, Marta Isabel Moreira Baroa David Tomé e Bernardo Pereira Delgado. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a **Senhora Vice-Presidente**, Ana Manuela de Jesus Guerreiro do Carmo (PS) e os **Senhores Vereadores**, João de Deus Lopes Pereira (PS), Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD).-----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento;-----

**A.1 - Intervenção dos Municípes;**-----

**A.2 - Esclarecimentos.**-----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :**-----

**B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas;**-----

**B.2 - Votação da ata n.º 14, de 22 de setembro de 2023 - (quadriénio 2021/2025); --**

**B.3 - Leitura de expediente;**-----

**B.4 - Intervenções.**-----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**C.1 - Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2024;**-----

**C.2 - Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal e respetivos anexos para vigorar no ano de 2024;**-----

**C.3** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta referente à assunção de compromissos plurianuais — delegação de competências na Câmara, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho; -----

**C.4** - Apreciação e deliberação sobre o Plano de Formação Profissional de 2024;-----

**C.5** - Apreciação e deliberação sobre a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 e respetivos anexos; -----

**C.6** - Apreciação e deliberação sobre a proposta de 1.ª alteração à Estratégia Local de Habitação do Concelho de Almodôvar;-----

**C.7** - Apreciação e deliberação sobre a alteração à Proposta n.º 140/2023 que fixa as taxas anuais do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); -----

**C.8** - Apreciação e deliberação sobre o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar na Unidade de Saúde de Almodôvar; -----

**C.9** - Conhecimento sobre a Atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na Tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar no ano económico de 2024; -----

**C.10** - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

**C.11** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

**C.12** - Aprovação da ata em minuta. -----

O **Presidente da Assembleia** começou por dizer que é um prazer receber todos os presentes em mais uma sessão da Assembleia Municipal. -----

Prosseguindo, deu início à Ordem de Trabalhos. -----

**A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:** -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado**. -----

**B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :** -----

**B.1 – AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:** -----

**AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:**-----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **três pedidos** de ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, Vítor Manuel Libânio Afonso (PSD), Ruben Daniel Fernandes Guerreiro (PSD), Domingos Manuel Romba Guerreiro, Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões (PS), quem aceitou substituir os deputados municipais, durante esta sessão, foram os deputados suplentes Marta Isabel Moreira Baroa David Tomé (PSD), Bernardo Pereira Delgado (PSD) e o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), respetivamente. -----

Mais informou que as substituições se fizeram ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento. -----

**A Mesa justificou as respetivas faltas.** -----

**B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 14, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023 - (QUADRIÉNIO 2021/2025);** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 14 da sessão ordinária realizada no dia 22 de setembro de 2023 (quadriénio de 2021/2025). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 14 da sessão ordinária de 22 de setembro de 2023 (quadriénio de 2021/2025), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 18 votos a favor** (PS/PSD), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a deputada Marta Isabel Moreira Baroa David Tomé (PSD) e o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro(PS), não participaram na aprovação da ata. -----

**B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE:** -----

Sobre este Ponto, o **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros, está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

**ALTERAÇÃO DE QUÓRUM: A DEPUTADA SANDRINA MADEIRA CASIMIRO, DEU ENTRADA NA SALA NESTE MOMENTO.** -----

**B.4 - INTERVENÇÕES:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e questionou os senhores deputados se pretendem fazer alguma intervenção. -----

Seguindo, abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados João Guerreiro, Fernanda Guerreiro, Bernardo Delgado e Ana Guerreiro. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado João Guerreiro**, que começou por dizer que esta sua primeira intervenção vai no sentido de deixar uma nota de apreço pela inauguração do Parque de Caravanismo da Vila, que em conjunto com uma estrutura já existente, Área de Serviço de Caravanas de Almodôvar, vem potenciar um tipo de turismo que muito interessa à nossa vila e concelho, devido às mais-valias que vem trazendo ao nosso comércio, restauração e economia local em geral. Salientar também que essas duas estruturas chegam na altura certa, visto que este tipo de turismo está em desenvolvimento e surge também aliado à crescente procura da rota turística da Estrada Nacional 2 que todos os dias atrai turismo em Almodôvar. Com estas estruturas é de esperar que, para além de passarem pela Vila, esses Auto Caravanistas fiquem, pernoitem cá, o que vem duplicar o investimento que podem vir a fazer aqui. -----

Por outro lado quer também destacar a conclusão do novo Parque das Eiras, cuja inauguração está pendente de pequenos acertos e que será uma importante mais-valia para a vila de Almodôvar e para todo o concelho, ao permitir a instalação do Centro Interpretativo do Medronho, aberto em permanência para honrar um produto tão nosso e tão importante para a economia local. Este novo e renovado Parque das Eiras poderá ser uma digna sede de eventos temáticos como a nossa FACAL e outros, como concertos e todo o tipo de iniciativas e está dotado de infraestruturas como restaurante, redes de água e esgotos, iluminação, etc. que vão permitir acolher estes eventos e otimizar os recursos aplicados na sua organização.-----

Quer também deixar um louvor ao trabalho que tem vindo a ser feito no âmbito da manutenção dos nossos espaços verdes, que com agrado vê melhorar de algum tempo a esta parte, isto na sua opinião, estão cada vez mais bonitos. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra à **deputada Fernanda Guerreiro**, que referiu o seguinte: -----

***“Abordando a problemática evidenciada na zona histórica de Almodôvar:-----***

*Relativamente às artérias e espaços da zona histórica de Almodôvar, sabemos que existe a vontade política dos eleitos do Partido Socialista no Executivo Municipal, em resolver o problema, pois verificamos que, algumas destas ruas estão a necessitar de intervenções a nível do pavimento, mas, obviamente, sabemos que existem outras infraestruturas que antes deverão ser intervencionadas, tais como as ligações de abastecimento de águas, esgotos, águas pluviais, redes de ligações elétricas e eletrónicas, etc., o que acarreta sempre situações associadas que necessitam ser ponderadas, ultrapassadas e, conseqüentemente, acarretando mais encargos para estes projetos. -----*

*Quanto ao estacionamento, também na zona dita mais central da Vila de Almodôvar, hoje, existem menos constrangimentos, pois também já foram dados passos nesse sentido e referimo-nos, designadamente, ao parque que, entretanto, foi criado no espaço fronteiro à Biblioteca Municipal, embora na condição de situação provisória, mas que já revelou um grande alívio para este problema que, após a conclusão deste projeto, para nós e no nosso entendimento, resultará num espaço melhorado e de utilidade pública inquestionável.-----*

***Abordando o assunto relativamente à aquisição do prédio urbano que confronta com a Rua Serpa Pinto, Rua das Escolas e Rua da GNR, em Almodôvar:-----***

*Quanto à aquisição deste prédio urbano, que confronta com edifício propriedade deste Município, designadamente as oficinas municipais e a antiga residência de estudantes, a proximidade com a Câmara Municipal, sem esquecer o facto de também confrontar com a Rua das Escolas, onde se encontram as instalações da Escola EB1 e Jardim de Infância, bem como a sua confrontação ainda com o Quartel da GNR, é sem dúvida um prédio localizado numa área que poderá ser bem aproveitada, podendo converter-se em edifício para o funcionamento de serviços públicos com uma maior centralização e proximidade para o munícipe, entre outras valências, designadamente, talvez num piso superior, as necessárias condições residenciais a oferecer a médicos, enfermeiros, magistrados, professores, entre outras classes profissionais para as quais temos grandes dificuldades em fixar no nosso concelho dito de zona interior. -----*

*Digo isto porque, enquanto professora no Agrupamento de Escolas de Almodôvar, sei e conheço as dificuldades, cada vez mais evidenciadas, as quais se tendem a agravar, dos professores se conseguirem fixar ou porque não têm horário completo ou, embora tenham horário completo, o respetivo vencimento mensal, em início de carreira, é baixo, levando os professores e outros técnicos da educação a procurarem outras paragens e até mesmo outras profissões, situação onde deverá ser dado um contributo efetivo para a inversão desta situação, designadamente com rendas mais baixas, a custos controlados, isto tudo aleado à qualidade de vida da qual poderiam usufruir no nosso concelho, trazendo mais desenvolvimento e sobretudo, salvaguardando a obrigação de educarmos convenientemente as nossas crianças e jovens com as mesmas oportunidades oferecidas noutras zonas ditas mais desenvolvidas do nosso país. -----*

*Pelo que acabei de referir relativamente às situações abordadas: -----*

*Em meu nome pessoal e dos deputados do Partido Socialista com assento nesta Assembleia Municipal, congratulamo-nos com o facto de saber que este Executivo Municipal está empenhado em avançar com estes e outros projetos estruturantes, assim como tomar as medidas necessárias para ir ao encontro do desenvolvimento do nosso concelho, dando uma boa imagem a quem nos visita e para aqueles que aqui se pretendam fixar. -----*

*Face aos temas que aqui abordei, embora saibamos, em parte, aquilo que é pretendido levar a efeito pela maioria deste Executivo Municipal, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse relativamente a estas matérias para o cabal esclarecimento a toda esta assembleia.”-----*

Continuando a ordem das inscrições, foi a vez do **deputado Bernardo Delgado** que nesta sessão quis muito sucintamente questionar qual é a real situação da requalificação da Escola Dr. João de Brito Camacho. Se a tão pomposamente requalificação, anunciada pelo senhor Presidente da Câmara, vai ou não vai avançar. ----

Questiona isto porque pensa que não tenha ficado muito explícito na sessão anterior, talvez por falha sua, esta é uma situação que se vem arrastando há já vários anos, inclusivamente chegamos a um ponto em que as pequenas reparações necessárias não aconteceram porque se ia fazer uma intervenção de fundo que até então não aconteceu. -----

É o Senhor Presidente capaz de lhes dar algum feedback sobre esta situação? Sendo esta uma medida tão urgente gostaria de saber sem rodeios se haverá ou não financiamento para esta requalificação tão importante. -----

Termina deixando uma nota que chegou nos últimos dias à Bancada do PSD, um pedido para que fosse abordado nesta sessão o mau estado do Campo de Futebol sito na Quinta do Monte Rei. Teve a oportunidade de se deslocar lá e o espaço denota realmente algum desgaste. Assim apela ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador do Pelouro para que se tenha mais atenção no que concerne à manutenção dos equipamentos municipais. -----

Para finalizar, usou da palavra a **deputada Ana Guerreiro**, que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse estar ali para falar com ele sobre dois pontos. -----

Tivemos este fim-de-semana a Feira do Cogumelo e do Medronho em São Barnabé e continuamos com a estrada sem sinalização horizontal. Já falaram disto há uns meses atrás nesta Assembleia, onde o Senhor Presidente referiu que iria ter em conta essa situação mas continua na mesma. Acha que para segurança de todos os munícipes seria muito importante a sinalização horizontal daquela estrada, visto que é uma estrada com muito nevoeiro. Também não é assim uma via que tenha muito trânsito, mas naturalmente que para as pessoas que vão daqui para o Algarve e mesmo para São Barnabé, a requalificação seria uma mais-valia para a circulação no nosso concelho. ----

Têm outro ponto que gostariam que o Senhor Presidente focasse ou lhes dessem alguma informação que é a seguinte: tiveram informação sobre a qualidade de água na Dogueno, têm informações de pessoas que a água está em muito má qualidade, com sabores muito maus e quase inconsumível, não sabe se o Senhor Presidente os pode esclarecer sobre estes dois pontos. -----

Prosseguindo, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que começou por fazer um cumprimento especial ao público, referindo que felizmente temos algum público, já vai rareando, pois eventualmente estão fartos de nós, mas ainda bem que aparecem de vez em quando. -----

Muito obrigado pelos elogios do Senhor Deputado eleito João Guerreiro ao Parque de Caravanismo, deve confessar que às vezes até fala de mais, mas deixem-no dizer isto, deve confessar que ainda não está satisfeito com o desfecho do Parque de Caravanismo porque não conseguimos ainda chegar a um mercado que nos interessa chegar, que é o

mercado dos Países Baixos, que é o mercado que vem para aqui, o inverno deles é insuportável, ainda não conseguimos lá chegar mas só abrimos há um mês. Tem esperança que consigamos e aí sim, aí estamos todos de parabéns no meu executivo, não sou eu nem a Câmara somos todos nós, porque 15 ou 20 caravanistas a viverem além dois ou 3 meses trazem à vila de Almodôvar negócio, trazem movimento e é isso que se pretende com o Parque de Caravanismo. Não é naturalmente uma receita porque não é a 5 euros por dia de estadia que vamos pagar vencimentos, é uma obra de cariz social com a vertente de apoio o empreendedorismo, ao desenvolvimento económico-social do nosso concelho. Ainda não chegamos lá, não percamos a esperança, mas de facto fica feliz que tenha notado essa dimensão de mais uma obra no terreno. Infelizmente foi um raio de um parque que levou muito a acontecer por diversas razões, já aqui falamos delas, mas finalmente está a funcionar. -----

Temos um pequeno problema que até faz questão de o transmitir a esta Assembleia, que é um problema relacionado com o ASA, com a Área de Serviço de Autocaravanas. O ASA foi financiado em cerca de 80% pelo Turismo do Alentejo, o Turismo do Alentejo quando financiou criou um condicionalismo para nós e para todas as Câmaras do País, especialmente numa rede de ASAS que quiseram criar e esse condicionalismo teve a ver com um protocolo que eles fizeram com a Associação de Montanhismo de Portugal. A Associação de Montanhismo é responsável pela manutenção do parque e também pela logística de receber o preenchimento de reservas, de informar os clientes etc. e estão a trabalhar pessimamente mal, até há 2 meses atrás não nos tinham pago um cêntimo. Os caravanistas estão contra eles porque parece que o que pedem é um exame, são 15 ou 20 perguntas quando eles no estrangeiro fazem 3 perguntas e entram no parque: de onde é, o nome e a matrícula da caravana e aqui torna-se muito difícil entrar e nós no executivo optamos por dar gratuidade, a qual vai propor aos Senhores Vereadores dar continuidade por mais 3 meses, dar gratuidade no âmbito de trazer cada vez mais turistas para que eles possam vir para Almodôvar também consumir. -----

Estávamos praticamente com 2 ou 3 turistas por semana, é muito pouco para o investimento que ali foi feito, felizmente e como vocês podem observar o parque agora tem muito mais movimento, mas digamos que a eletricidade e a água está a sair dos nossos bolsos para que eles possam vir. -----

Isto é temporário, não pode ser para sempre, só enquanto o Turismo do Alentejo não resolver a situação, não temos interesse em fechar as portas à rede de caravanistas, porque eles comunicam entre si e quando uns não gostam dizem a todos e nós queremos é que eles se entusiassem e venham para Almodôvar. -----

Portanto há um custo nisto neste momento, não há um lucro, não há uma receita com o ASA, há um custo que eventualmente rondará os 300 euros mensais em eletricidade. Não tem prazer em dizer isto porque preferia ter receita, mas doutra maneira eles não estariam cá. Estamos à espera que o Turismo do Alentejo resolva o quanto antes, estamos a pressionar para que terminem o protocolo com aquela entidade porque nós não podemos assumir o parque, sendo que existe este Protocolo firmado entre o Turismo do Alentejo e essa Associação de Montanhismo ou Federação de Montanhismo, é um destes nomes, também não interessa para o caso. Quer passar esta informação para que não fossem apanhados de surpresa e acha que é importante partilharem, não somente vir para aqui falar das coisas boas, mas também falar daquelas que não o encantam enquanto gestor da Câmara Municipal. São apostas a médio prazo que esperam que venham a dar resultados, especialmente na componente de empreendedorismo e de desenvolvimento. -----

Relativamente à senhora deputada Fernanda Caetano, muito obrigado também pelo seu elogio em relação a algumas obras que fizemos, mencionou um ou dois pontos relativos à baixa de Almodôvar que não tem gozo nenhum em dizer que ainda não está feito. Os projetos estão prontos, não houve verba no quadro comunitário anterior, houve até uma rua que esteve candidatada e que nós tivemos que retirar porque não

havia verba para avançar. Somos, digamos que prioritários para o 20/30, estamos, digamos que pré-aprovados sem ser oficial porque não existe a figura de pré-aprovação, mas estamos numa relação de proximidade que existe com a CCDR, estamos na primeira linha de espera para quando sair o 20/30. Portanto, está convencido que assim que saiam avisos para regeneração urbana, requalificação urbana, nós estamos no topo e o projeto está pronto. A Rua do Algarve, a Rua de Beja, há uma alteração que queremos fazer na Praça da República porque acham que não está bem como está, mas é uma alteração que estamos a fazer neste momento e que até que saiam e não saiam os avisos comunitários estará eventualmente concluída e se não estiver faz-se depois uma segunda fase da obra. Portanto não houve verba este ano, não houve fundos da Câmara Municipal e não quiseram estar a fazer empréstimo, aliás os empréstimos fazem em último recurso. Como podem verificar nas contas, o nosso saldo em relação à banca tem diminuído drasticamente, eventualmente vamos ter que fazer um empréstimo em breve para assegurar o início da construção da Creche, porque é uma obra que faz muita falta já e só não está feita porque não houve praticamente nos últimos 6 meses nenhum aviso para avançar porque o projeto está pronto, está aprovado pela Câmara, está aprovado por todas as entidades oficiais a quem temos que pedir aval para este tipo de construção, estamos só à espera do mais importante, que é como é que vamos pagar aos empreiteiros, portanto, essa componente não estará assegurada. Se não sair um aviso no primeiro mês do ano relativamente a isto no PRR, avançaremos aqui nesta Assembleia com proposta para solicitar um empréstimo de cerca de 2 milhões e 800 mil euros, temos margem para o pagar, estamos perfeitamente à vontade. As contas estão feitas, falaremos disso na altura caso não exista um aviso para esse fim. Inclusivamente, na reunião de Câmara falei com os Vereadores e todos de uma maneira geral ainda sem saber detalhes concordaram que a hipótese do empréstimo é uma hipótese válida e que garante naturalmente a prossecução dos nossos projetos para o concelho de Almodôvar e esse é um daqueles que não é supérfluo, não é uma Rua, é um bem essencial para que as nossas crianças tenham um espaço e para que as pessoas, as mães geralmente, possam trabalhar e tenham onde deixar os filhos em condições. -----

Dito isto quer também dizer que sim, está muito preocupado com o facto de nós não termos espaço para cativar os nossos professores e professoras que vêm para Almodôvar, é um problema constante, há muitos anos que isto acontece, felizmente o nível de vida em Almodôvar é muito bom, não é graças à Câmara com certeza, porque a Câmara aumenta os ordenados quando o Governo permite e emprega quando pode empregar e quando fazem falta, não obstante darmos o nosso contributo bastante significativo no mercado de trabalho, mas é porque temos uma Somincor, temos uns níveis de vencimento bastante elevados e o preço das casas devido ao rácio entre procura e oferta é extremamente alto e algumas, não obstante o preço ser alto, não reúnem condições de habitabilidade, pelo menos aos olhos da lei, não quer dizer que não vivam lá pessoas. Portanto os professores veem, têm um ordenado muito baixo e geralmente não têm horário completo quando começam e deparam-se com casas a 400 euros, 500 euros por mês que é praticamente metade, às vezes mais do que metade do vencimento. A Câmara tem ponderado nos últimos dois anos e meio, já tiveram duas ideias de projeto diferentes para a Residência de Estudantes, desde que ficamos com a residência, a última temos um projeto completamente pronto, prontinho a começar, não houve disponibilidade financeira, não houve aviso nenhum comunitário para esse fim e também não se sentiu muito à vontade em ceder a Residência toda para aquele fim, sendo que precisávamos do espaço e havia a hipótese de usar aquele espaço para refeitório da escola primária e salas de aulas também de apoio, mas depois mudou-se de ideias, ponderaram melhor, ouviram mais pessoas e eventualmente ali estará uma solução para os nossos professores já no próximo ano letivo, não é ano fiscal é ano letivo, com a remodelação daquelas salas para a construção de alguns quartos em regime T0, T1, ainda que o projeto esteja a ser estudado. Não tem o projeto pronto, está

muito longe disso, mas está a ser pensado. Nesse aspeto existe um PRR agora em fevereiro que vai abrir precisamente para o “1.º direito” e para a habitação. Portanto o 1.º direito já o temos aprovado, houve agora uma alteração mas relativamente à habitação social, não lhe chamo habitação social mas sim municipal, vão haver reforços de verba onde nós nos podemos candidatar porque temos o plano do 1.º direito aprovado e essa é uma hipótese muito forte que nós temos e estamos a ponderá-la. Pediu orçamento a um projetista para lhe dar uma noção do que é que consegue fazer ali, ter uma imagem global do que é que é possível, o que eles chamam um esquiço, para perceber se realmente é possível ou não dividir aquilo cumprindo as áreas dentro das normas regulamentares e ter espaços de acesso para saída de emergência, para entrada normal respeitando a construção que lá está, partindo interiores quando necessário mas respeitando as 4 paredes de fora, vamos ver se é possível, é uma ideia muito válida.

Agradece por o questionarem porque assim teve oportunidade de partilhar e é uma hipótese que viria complementar, viria ajudar a resolver um problema grave que é não somente dos professores, mas também de pessoas que vêm para aqui trabalhar que não têm casa ainda, com rendas a custos controlados onde a Câmara Municipal não seria um financiador mas seria um facilitador durante 6 meses, 1 ano, até que as pessoas encontrassem um outro local, esta é a ideia. -----

Não está em causa a legislação porque estão perfeitamente conscientes que é possível fazer, está em causa o aproveitamento do edificado e o custo que vai ter e se é ou não viável utilizar aquele espaço numa candidatura, porque não vamos gastar 1 milhão de euros num espaço com recursos próprios quando de facto há outras obras mais prioritárias que não são financiadas, a estrada de Santa Cruz por exemplo, a estrada das Guedelhas, a estrada dos Moinhos de Vento, há obras que nós não temos financiamento e que temos que usar os recursos financeiros da Câmara para aplicar nessa obras onde não é possível ir buscar fundos comunitários. Pensa que tenha sido esclarecedor. -----

Quanto ao deputado Bernardo, agradece e só tem uma nota, aceita a efusividade do Senhor deputado em relação ao “pomposo”, mas nunca fez nenhuma apresentação pomposa, fez uma apresentação porque conseguiram uma coisa que é, não sabe se já explicou isto mas explica agora. Conseguimos ter um aviso só para nós, para nós e para a escola de Serpa, um aviso de 6 milhões de euros que estava destinado só para Almodôvar e Serpa. Porquê? Porque nós precisamos de abdicar de partes de projetos que tínhamos para a CCDR para que Castro Verde pudesse acabar a escola. A verdade é esta. Como todos sabem as Câmaras Municipais numa região, neste caso falamos de 48 Câmaras com a CCDR, há naturalmente negociação, não podemos esconder de ninguém, claro que umas vezes ficam uns beneficiados outras vezes ficam outros. Nós fomos beneficiados nalguns projetos, por exemplo, a Entrada Sul, só tínhamos hipótese de financiar ou a Entrada Sul ou o Rosário e acabamos por financiar as duas. Numa 1.ª fase financiamos o Rosário e a seguir em permutas deste género financiamos a Entrada Sul, a Área de Acolhimento Empresarial estava financiada, o dinheiro não chegava, não havia mais dinheiro, nós em reunião abdicamos da Área Empresarial em troca de outras coisas que viriam a seguir e esta, digamos, que foi uma delas. A escola secundária teve seis milhões, o nosso projeto é de cinco milhões e meio, apesar do dinheiro não chegar, foi um projeto intermédio, chama-se isto um fundo comunitário intermédio, que era o dinheiro que sobrava do 20/20 mais uma verba que fosse necessária do 20/30, então estávamos salvaguardados e continuamos oficialmente salvaguardados, a candidatura teve por parte da Senhora Ministra da Coesão, 3 vezes foi prorrogado o prazo, estava em junho passou para julho, depois passou para setembro e agora passou para 31 de outubro. Desde 31 de outubro que não sabe como está a nossa candidatura oficialmente, mas ela estava pré aprovada de acordo com a CCDR, portanto tínhamos todas as garantias que se não tivessem os cinco milhões e meio aprovados estariam 5 ou 4.8, mas que a sua grande maioria de investimento na escola estava pré aprovada. Depois a



nossa escola pertence à mesa da ANMP, sempre lutei pela nossa e por outras do nosso distrito, porque eram indicações que tinha a nível da CIMBAL, sempre lutou para que a nossa escola ficasse na posição 1, não é a 1.ª posição, é uma listagem de escolas que estavam listadas como número 1, que eram escolas prioritárias em que o Governo assumia o investimento a 100%, ou seja, caso o fundo comunitário viesse devolvido por algum motivo seria da responsabilidade do Governo. Deve confessar que preferia que o Governo não lhe tocasse, porque nós sabemos que o Governo não vê todos os pais e mães e nós ouvimos as reclamações todos os dias, portanto, o interesse é que nós façamos. -----

O projeto foi colocado, estamos à espera de uma resposta oficial, se veio hoje não sabe, não viu a correspondência, até sexta-feira não tinha chegado, e está convencidíssimo que não chega por uma razão muito simples, não quer aqui dar desculpas nem vaticinar, mas acha que o projeto vai 100% para o PRR e como não saiu aviso nenhum do PRR, já tive oportunidade de partilhar isto com os meus colegas em reunião de Câmara, como acha que ainda não saiu aviso nenhum para esta Área da Educação, mas que foram colocados 600 milhões de euros para reparação de escolas, acha que a nossa é uma dessas, porque eles não têm interesse nenhum em estar a gastar uma verba que já não têm em estar a fazer alterações ao 20/20 que acaba em dezembro, não há qualquer interesse logístico, nem de diretrizes da comunidade económica europeia. Se tivesse sido no início do ano acredita que sim, agora não acredita, portanto acredita que o nosso projeto, para o elucidar, está por semanas, assim que sair o aviso está lá, terá que ser recandidatado novamente, mas está lá e já o conhecem. Já reuniu com o Senhor Ministro da Educação sobre o projeto, já reuniu com a Ministra Ana Abrunhosa, portanto, o projeto é falado, está na agenda política, falta o mais importante que é dizerem sim avancem, de qualquer dos modos garanto-lhe que é para avançar, não tenho a mínima dúvida que é para avançar, seja por via a Câmara Municipal seja por via do Governo diretamente, o que eu não acredita que acontecesse nos próximos 5 ou 6 anos. Portanto somos nós que temos de assumir o projeto, mas não tenha receio que vai mesmo avançar, até porque é uma necessidade anotada, é uma necessidade que está lá desde há 4 anos a esta parte, pelo menos, que nós começamos a trabalhar, pelo menos começamos a trabalhar na preparação e na exigência de uma reparação. As reparações que fizemos, nós estamos constantemente a fazer reparações, não de grande volume porque não justifica estarmos a mudar as janelas todas para janelas de eficiência energética quando a seguir vamos ter uma obra que inclui portas, janelas, teto, paredes, epóxi no chão em alguns casos nas salas partilhadas, inclui capoto nas paredes exteriores, há um conjunto de situações de eficiência que estão contempladas que não justifica nós irmos agora gastar dinheiro. Não tem problema em garantir que sim que vamos avançar, não pode dizer que é amanhã, por si já estava em obra, até porque já faz falta, há 20 anos que os meninos, como o senhor deputado, que foi um deles, que andam com cobertor nas pernas por causa do frio durante o inverno, nunca andou naquela escola, no ano que iria para aquela escola foi estudar para outra escola, mas vê, falo com as pessoas. -----

Sobre o Monte Rei, muito rapidamente, sim, estamos à espera de um orçamento para o epóxi para todo aquele campo, temos um orçamento de doze mil e quinhentos euros que recebeu na quarta-feira relativo às vedações novas do campo, não sabe se o Vereador João Pereira tem alguma novidade sobre epóxi, não recebeu ainda o orçamento que pediram a um fornecedor local, pediram que lhes dessem uma noção de valores para perceberem como é que vão avançar, se é convite, se é concurso, só para terem uma noção, uma ideia porque não fazem ideia do custo, porque não é uma obra que se faça todos os dias, mas o epóxi vai resolver aquilo porque vai criar um verniz qualquer que vai encaixar nas rachas, segundo aquilo que os nossos engenheiros lhe dizem e tem que acreditar neles, portanto também está para breve. Sabe que já estão 12

mil e 500 euros numa rubrica preparada para lançar as redes, que é uma parte também perigosa que lá está, rede e porta tudo à volta.-----

Relativamente à senhora deputada Ana Guerreiro agradece também, relativamente à sua pergunta, sim é verdade, convidou uma empresa para lhe dar uma noção de custos de uma camada de celericil, por acaso foi a empresa que anda aqui a fazer a Nacional 2, que é um trabalho que acha que está horrivelmente mal feito, está a usar dois adjetivos, o horrível e o quantitativo mal feito, de qualquer das maneiras eles têm o melhor preço de mercado em celericil, já fizeram trabalhos em Almodôvar, já fizeram algumas ruas, por exemplo, de Santa Clara, esta rua que vai junto à Câmara, a Travessa da Palha, fizeram próximo da escola secundária, já têm feito trabalhos para nós, é uma empresa que tem um celericil de muita qualidade, segundo dizem os técnicos e convidou-os a darem-lhe valores para meterem uma camada de celericil daqui até ao sitio da Éguas. Não sabe os valores, estão a calcular incluindo a sinalética horizontal. Não sabe, não lhe pode dizer quando é que vai ser feito, mas a estrada já merecia, o pavimento está muito liso, está muito escorregadio, é uma estrada com muita humidade, como a Ana diz e a estrada merece ali uma parte rugosa para ter melhor aderência. Já tem muitos anos, houve uma parte lá no final que foi feita em 2011 ou 2012, essa parte ainda está boa, com aderência, mas daqui praticamente até ao cruzamento de Felizes as inclinações não são favoráveis, as pendentes são ao contrário, a maior parte delas, e era necessário ali uma camada de celericil e depois a respetiva pintura. Lamenta que esteja assim a estrada, nós não conseguimos fazer tudo, mas, de facto, reconhece que ela precisa mesmo e que já devia estar feita, mas ainda não foi possível.-----

Ainda não foi possível avançar e honestamente acha que é um mau negócio para a Câmara Municipal fazer uma pintura horizontal quando a estrada precisa de algo mais, precisa de uma camada de desgaste, o ideal seria 3 cm de camada de desgaste, mas isso custa 600 mil euros daqui até lá, não sendo necessário porque a estrada não requer essa obra, não há necessidade, o pavimento está em muito bom estado, tem um enrocamento maravilhoso, aquela estrada está muito boa, segundo os técnicos dizem, portanto, que o celericil resolveria o problema. Vão ver qual é o valor e na próxima sessão de Assembleia, eventualmente teremos uma extraordinária para aprovar o ELH, mas na próxima Assembleia que seja regular trará mais novidades.-----

Desconhece que existam problemas mas conhece os problemas do Dogueno. O Dogueno sempre teve problemas de água, não sabe há quanto tempo mas desde que está na Câmara há 10 anos, quando para aqui veio já havia problemas de água no Dogueno porque é uma questão de furo. A água está a vir das Águas do Alentejo, temos a ligação feita, desconhece que tenha tido problemas desde que ligaram as águas às condutas das Águas do Alentejo, até se admira que isso exista porque a fonte de abastecimento no Dogueno deixou de ser o furo que era problemático, porque o furo era barrento, tinha selénio, tinha uma série de componentes químicos que em contacto com o cloro a água ficava avermelhada, com cheiro, lembra-se perfeitamente bem de reunir com o nosso engenheiro técnico nessa área a tentar perceber o porquê e ele explicava-me que era do selénio com o cloro, não há hipótese, não temos como, só temos aquele furo, só se abrímos outro. Entretanto até abrímos um furo depois em Felizes porque havia falta de água e aquela foi-se tratando e depois melhorava, quando vinha o inverno ficava pior, mas agora é uma novidade que a deputada Ana lhe está a dar, porque a fonte de abastecimento do Dogueno são as Águas Públicas do Alentejo, é igual à água que nós bebemos em Almodôvar, ou supostamente será igual, a não ser que eles façam recolha de alguma água para apoiar ou para complementar a água que vai nas condutas que vem do Monte da Rocha. Mas desconhece, sabe que em Almodôvar existe uma proporção neste momento de cerca de 65/35, 65 do Monte da Rocha e 35 da Barragem do Monte Clérigo. Isto era no final do verão, hoje não lhe sabe dizer mas, eventualmente, o Dogueno estará a ter este sistema. Vai-se informar e até se compromete com a Senhora deputada de lhe mandar um email porque é preocupante, porque nós gastamos

muito dinheiro, são projetos que andam na Câmara há 15 anos, já fizemos estas requalificações e estas condutas de abastecimento de água para evitar precisamente estes problemas. Pode ter acontecido alguma rotura na rede e a água ao voltar para trás sugou a terra, mas aí não cheirava mal, aí estava barrenta mas não tinha mau cheiro. Desconhece e vai informar-se e informa a Senhora deputada, sendo que fica preocupado com o que lhe disse porque supostamente isso não devia acontecer.-----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** REFERIU QUE TERMINADO O PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA VAMOS ENTRAR NO PONTO C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA E DESDE JÁ QUER INFORMAR QUE DA AGENDA DE TRABALHOS VAI SER RETIRADO O PONTO C.6 QUE É “APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE 1.ª ALTERAÇÃO À ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO CONCELHO DE ALMODÔVAR” E QUE NA DEVIDA ALTURA SE EXPLICARÃO AS RAZÕES. -----

**C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**C.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA VIGORAR NO ANO DE 2024:** -----

**O Presidente da Assembleia** deu início a este ponto e pediu permissão para fazer a seguinte introdução:-----

“Mais um ano que passou, mais uma vez aqui estamos para analisar e debater as Grandes Opções do Plano e Orçamento que o executivo se propõe realizar em 2024. ----

Executar de acordo com o que foi planificado de uma forma objetiva, realista e coerente não é tarefa fácil, porque sempre surgem contrariedades e imponderáveis que podem alterar o que foi planeado com todo o cuidado, a pensar no desenvolvimento sustentado do concelho e na melhoria das condições de vida dos seus munícipes. É este documento que a seguir vamos analisar e discutir, um documento que reflete as opções e prioridades políticas do executivo, mas que é, no entanto, um documento previsional, é uma previsão do que se pretende fazer com os recursos de que dispõe no momento, mas que se pode alterar e reajustar em conformidade com a realidade com que nos deparamos, num “*cenário internacional de grande incerteza e instabilidade no futuro ... após dois anos afetados pela pandemia de Covid-19, ... após a invasão russa na Ucrânia, ... e um novo conflito entre Israel e o Hamas, levando a que a economia global sofra novas consequências, com repercussões futuras ...*”, tal como é referido na página 2 da Nota de Enquadramento das GOP.-----

Tal como é referido também no documento, o executivo assume que “*este será um orçamento de continuidade, pois estão reunidas as condições para dar seguimento à concretização de algumas obras estruturantes que integram a estratégia delineada por este Executivo, obras estas fundamentais para o desenvolvimento do Concelho e para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.*” -----

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Deputados Municipais, como professor que não consigo deixar de ser, não posso deixar de referir e enaltecer alguns projetos contemplados nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 relacionados com a Escola, com a educação das nossas crianças e dos nossos jovens, que a serem concretizadas na sua totalidade, muito nos orgulharia a todos e muito beneficiariam a qualidade do ensino no nosso concelho. -----

Refiro-me às obras que estão previstas para a renovação e requalificação do espaço exterior da Escola E.B. de Santa Clara-a-Nova, porque o espaço interior do edifício oferece excelentes condições, refiro-me à renovação do campo de jogos da Escola E.B. da Aldeia dos Fernandes, com a colocação de relva sintética à semelhança do que foi feito no campo de jogos da Escola E.B. de Almodôvar, refiro-me à construção da Creche no Mártir e Santo e ao início da 1ª fase das obras na Escola do Ensino Básico e Secundário Dr. João de Brito Camacho, duas obras há tanto reclamadas e que tanta falta fazem e que agora, finalmente, estamos crentes que reúnem as condições necessárias

para sair do papel. E refiro-me ainda à forte probabilidade da construção do Refeitório na Escola E.B. de Almodôvar, vulgo Escola Primária, caso abram Candidaturas nesse sentido, uma obra que irá proporcionar melhores condições no fornecimento de refeições aos cerca de 140 alunos aos quais a Câmara Municipal fornece refeições no espaço escolar, serviço este presentemente a funcionar no espaço polivalente da Escola. E tudo isto na sequência dos melhoramentos que têm vindo a ser feitos a nível do parque escolar, de que a construção da cantina e espaço polivalente na Escola E.B. do Rosário e o melhoramento do espaço exterior da mesma Escola, constitui um bom exemplo da atenção que este executivo tem dado à educação. -----

Espero que compreendam esta minha parcialidade por falar apenas nos Projetos relacionados com a Escola e com a Educação, mas certamente compreenderão que depois de 59 anos ligados à Escola, 45 dos quais como professor e alguns dos quais com cargos de direção intermédia de orientação e gestão, é muito difícil desligar-me de toda aquela envolvimento e vivência que a Escola em mim radicou. Sobre os outros Projetos, as outras opções, certamente os Senhores Deputados não deixarão de analisar e debater. --

Naturalmente os Senhores Deputados tiveram ocasião de apreciar e analisar detalhadamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, e sobre ele formular a vossa opinião e os vossos juízos de valor, que de seguida vamos analisar e debater, *“respeitando a dignidade da Assembleia Municipal e dos seus membros e observando a ordem e a disciplina fixadas no Regimento”*, tal como está contemplado no Regimento da Assembleia Municipal.” -----

Agora sim tem a palavra o Presidente da Câmara, para dar algumas noções sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024.-----

**O Presidente da Câmara** começou por dizer que antes de mais quer deixar um agradecimento a todos aqueles que colaboraram na preparação deste orçamento e refere-se naturalmente aos técnicos muito especificamente da DAF. Quer deixar também um agradecimento a todos os colaboradores que de um modo ou de outro os ajudam a executar os orçamentos e àqueles que os ajudam a planear e também incluindo os nossos vereadores que ajudam a preparar o orçamento com as suas críticas, com as suas sugestões que fazem parte do jogo político, mas que de alguma maneira ajudam o produto final, que é o produto de todos nós e é o produto que está aqui. -----

Quer também deixar um obrigado aos Presidentes de Junta, praticamente todos participaram com sugestões. Pedir desculpa porque não podem, naturalmente, aceitar todas as sugestões, mas pelo menos percebemos que há um trabalho de proximidade junto das pessoas, trabalho esse que nós não conseguimos fazer tão bem feito quanto fazem os Presidentes de Junta e que no seguimento desse trabalho as ideias que tiram do terreno aparecem no papel e como uma Câmara Municipal é feita de continuidade, nós não entramos num executivo e deitamos tudo fora, não saímos e não queimamos tudo, não jogamos tudo pela janela, portanto há projetos que naturalmente não sendo feitos durante um período de um executivo, naturalmente seguem para o executivo seguinte, que espera, quem cá está e por si fala, espera que seja sempre favorável àquele que cá está, desculpem ser tão frontal, da mesma cor política. Portanto quando trabalhamos, trabalhamos diretamente para preparar o caminho que estamos a fazer e quem vem a seguir. Quando as sugestões dos Senhores Vereadores ou dos Senhores Presidentes de Junta não estão incluídas no orçamento, não é porque a Câmara ou o executivo da Câmara não queira, mas porque não tem valores para o colocar, mas fica a nota e sabemos que outros depois venham a seguir a nós, sejam parte do existente ou rostos novos, pelo menos têm a noção do trabalho que estava a ser preparado. -----

Dito isto, deixem-no dizer que o Orçamento de 2024 foi preparado de uma maneira para ter as contas mais certas do que estiveram em 2023, porque o ano de 2023, tem dito isto aqui e em Câmara, não foi um ano fácil, nada fácil, foi um ano muito complicado mas não deixaram de apoiar instituições, não deixaram de apoiar jovens, não cortaram

subsídios, não cortaram apoios de maneira alguma e tiveram cortes bastantes significativos nas nossas verbas, corte nas receitas de impostos, cortes na receita do Governo para nós, cortes também naturalmente no orçamento, tendo em conta que o custo orçamental da gestão municipal subiu em muitos casos acima dos 40% e fala dos materiais de construção, fala do gasóleo, fala dos pneus, os vencimentos felizmente subiram todos com referência a 1 de janeiro e isso também danificou um pouco as nossas contas, apesar de ser um dinheiro bem empregue, foi um valor que foi retirado do orçamento quando para ele não foi colocado em termos de substituição de valor. -----

O Orçamento de 2024 é muito acomodado, é um orçamento com muito cuidado, não temos muitos valores disponíveis porque temos que colmatar obras que não foram feitas em 2023, temos que as acabar, temos que dar o seguimento a essas obras, temos que manter as contas certas porque é um ano complicado, porque é um ano quase pré eleitoral, não queremos naturalmente dar aqui fundamentos ou não queremos dar matéria para ser criticado com justiça, as críticas surgem sempre, é natural que a oposição critique, mas pelo menos que não tenham razão nas críticas, porque de facto se esbanjamos dinheiro se esbanjamos contas, aí não temos muita moral para nos defender. Portanto o que estou aqui a querer dizer é que o orçamento foi muito cauteloso na maneira de ser feito, dentro dos 20 milhões e 800 mil euros que temos em orçamento tentamos naturalmente segurar todas as despesas fixas, ainda que algumas delas possam mudar, portanto é um orçamento ativo, é um orçamento que permite alterações, não é um orçamento fixo, não há orçamentos fixos, por isso é que ele é previsional, porque são previsões daquilo que vamos gastar, mas à medida que vamos tendo necessidade vamos ajustando verbas, mas se não existir dinheiro no orçamento na sua globalidade não há dinheiro para ajustar verbas. Se realmente tirarmos uma meia ficamos descalços, se tirarmos as duas então é uma nudez quase completa dos joelhos para baixo. -----

Relativamente às GOPs, em termos de divisões temos assegurado cerca de 9% para as Funções Gerais da Câmara, cerca de 1 milhão de euros, temos assegurado cerca de 63%, ou seja 6 milhões de euros, para as Funções Sociais, temos assegurado cerca de 21% para as Funções Económicas, 2 milhões e 100 mil euros para Outras Funções. No global temos cerca de 4,6% o que nos dá a garantia que as Áreas da Educação, da Saúde, da Ação Social, Habitação e Serviços Coletivos, Transportes, Serviços Culturais, Recreativos, Associativismo, etc. estão mais ou menos todos contemplados com a média dos últimos 3 anos. Podemos falhar porque os últimos 3 anos nem sempre correspondem à verdade, há aqui uma margem de risco, há aqui uma margem como dizem os engenheiros margem de “cagaço”, porque não se esqueçam que estamos a falar de 2023, 2022, 2021 e 2021 foi um ano pós pandémico em que ainda não havia tudo a funcionar, mas temos essa estimativa porque é aquilo que as regras de economia dizem, portanto a média de receitas será dos últimos 3 anos, assim como a média de despesas. -----

A não ser despesas que consideremos já excecionais. -----

A nível de dívidas a médio e longo prazo a previsão no final de 2024 é que acabemos com 2 milhões de euros de dívida, relembra que em 2015 a dívida era de 5 milhões, em 2013 era de cerca de 6 milhões. Temos vindo a pagar sempre sem contrair dívida nova, com exceção da dívida de 2 milhões que contraímos, mas entretanto tinha sido outra paga, que contraímos para fazer duas ou três obras que já não me recorda bem quais, mas que estão certamente feitas, aliás há uma que é para a Creche, foi de 500 mil euros e que ainda continuam na nossa conta a prazo que não foi gasto, mas que será se Deus quiser. -----

Relativamente à Assembleia Municipal está assegurada, guardamos 15 mil euros para a Assembleia Municipal que é o custo médio. -----

Guardámos 6 milhões de euros para a Câmara Municipal e temos aqui ainda em termos de pessoal 7 milhões de euros para a Educação, que é o bolo maior que nós

temos e desde que herdamos a escola, temos este bolo e ainda bem que a Educação está connosco. -----

Em termos de equilíbrio orçamental asseguramos uma verba de cerca de 240 mil euros porquê? Comecei a explicação deste orçamento de 2024 precisamente com a noção que o ano não foi fácil, não foi um ano fácil, o equilíbrio orçamental tem andado fora daquilo que seria expectável, não temos conseguido cobrar dinheiro suficiente para tapar a tesouraria à medida que precisamos do dinheiro. Claro que tínhamos verbas de sobra, claro que tudo isto não é dívida, é utilização do valor antes do dinheiro entrar, há alturas em que gastamos mais do que recebemos, é verdade, são despesas necessárias sempre na expectativa que a receita venha a tapar, nem sempre tem acontecido e nos últimos meses temos tido um desequilíbrio em vez de equilíbrio. Tem sido desequilíbrio orçamental o que tem de ser repostado agora no início do ano, portanto há aqui uma verba de 240 mil euros, para quem não percebe como ela desaparece o orçamento, aqueles que são mais minuciosos a olhar em detalhe para o orçamento, ela não desapareceu por uma caixa mágica, desapareceu para tapar esta falha que existe de equilíbrio orçamental. Posso dizer-vos que ao dia de sexta-feira a coisa estava muito boa, estava abaixo dos 50 mil euros, mas o ano ainda não acabou, não acredita que consigamos passar o ano em equilíbrio, não acredita, não vai ser fácil, mas será repostado dia 1 de janeiro. -----

Na sessão do Rosário o deputado Pedro questionou-o sobre isto, eu disse-lhe que não tinha implicações, não tem implicações, mas a implicação é o dinheiro tem de estar lá, portanto vamos buscar o que falta, no dia 31 de dezembro o que faltar em orçamento em termos de equilíbrio temos que o ir buscar ao orçamento de 2024, de resto não tem nenhum tipo de retaliação económica ou legislativa, temos é que cumprir, o orçamento tem de começar o ano em equilíbrio orçamental, esta é a regra da DGAL. -----

Portanto não temos hipótese, é claro que fomos buscar 242 mil euros porque foi à data de 30 de outubro, ou 26 de outubro, quando fizemos o orçamento, mas a realidade pode ser outra a 31 de dezembro, mas o nosso orçamento tem a validade de 31 de outubro se não está em erro, a data em que nós aprovamos na Câmara, portanto é essa data que conta. -----

Relativamente às receitas houve um ligeiro aumento das receitas por via do orçamento de estado, portanto o nosso FEF subiu ligeiramente, subiu cerca de 30 e poucos mil euros, não se esqueçam que no início de 2023 foi-nos cortado 35 mil euros em FEF, portanto além do ano ter sido horrível tivemos uma redução de 400 mil euros de FEF, o que não foi nada bom para nós, mas foi uma tentativa do Governo de ajustar aquilo que eram as transferências de competências, a coisa não correu muito bem para nós, para nós Câmaras Municipais, houve reclamações na ANMP e o Governo repôs de alguma maneira essas verbas. Não está a dizer que não deu dinheiro para as transferências de competências, não é isso, está a dizer é que o dinheiro que transferiu para as Juntas de Freguesia que aumentaram tanto em 2023 como agora em 2024 tentou retirá-lo das Câmaras, só que não funcionou muito bem assim, porque as Câmaras continuam a pagar os protocolos às Juntas e a DGAL não teve isso em conta, ou seja, nós não quebramos os protocolos, continuamos a pagar o mesmo, as Juntas continuam a fazer o trabalho que têm de fazer que é para as Câmaras. Em termos protocolares foram aumentados nalguns valores e as Câmaras Municipais foram reduzidos noutros valores. Para uma Câmara como Loulé, Lisboa, Portimão, etc. não faz diferença mais meio milhão menos meio milhão, porque têm receitas que cobrem tudo isso, uma Câmara como Almodôvar, Castro Verde, Aljustrel, Mértola faz diferença meio milhão de euros no final do ano, faz muita diferença. -----

Temos agora a questão das obras ou das despesas como nós as interpretamos neste orçamento. -----

A primeira preocupação que tiveram foi tentar que todas as Juntas de Freguesia tivessem uma obra, ainda que o valor que está listado no orçamento, e isso acontece,

possa não chegar para fazer essa obra, pode acontecer. De qualquer das maneiras a nossa tentativa foi abrangência, como sempre temos feito com todas as freguesias, e isso é importante mencionar, tal como é importante mencionar que existem uma série de obras que vão passar de 2023 para 2024. E essas obras a 31 de outubro significavam cerca de 2 milhões de euros de transferência de valores, claro que a 31 de dezembro não vamos ter esse dinheiro em obras, vamos ter menos, também já não vamos lançar muito mais obras, mas de qualquer das maneiras percebam que depois vai existir um diferencial no início do ano e esse diferencial naturalmente é consumido, é gasto noutras, é por isso que temos às vezes dinheiro a mais em certas rubricas. Só para terem noção, o loteamento Mártir e Santo a 31 de outubro ainda tínhamos 100 mil euros para pagar ou em obra para fazer, o Inova Parque ainda estavam 87 mil euros para fazer, o Inova Parque faz parte da Travessa do Hospital, em conjunto a Travessa do Hospital e o Inova Parque tinham 220 mil euros para gastar. Agora o Inova Parque tem a base toda feita e a Travessa do Hospital está em construção, portanto certamente até 31 de dezembro se não estiver terminada estará quase terminada, mas não serão 220 mil euros com certeza. Os bio resíduos tinham 120 mil euros para gastar, o Campo das Eiras ainda tinha 413 mil euros em obras para pagar ou para fazer ou pagar, o MESA estava com 280 mil euros ainda em crédito da nossa parte, o Parque na Semblana tinha uns quadros elétricos para colocar de 35 mil euros, tínhamos 26 mil euros para a requalificação do parque infantil da misericórdia, tínhamos 240 mil euros para o acesso ao cemitério de Almodôvar, tínhamos 89 mil euros para a obra da pavimentação até ao Monte Góis, tínhamos a Estrada de acesso ao cemitério do Rosário com mais 25 mil e tínhamos o Multiusos de São Barnabé com cerca de 200 e qualquer coisa mil euros para gastar. Portanto estes valores que mencionou agora naturalmente que fazem parte do orçamento de 2024, é fácil de perceber, nós temos um orçamento de x receita e este valor tem de passar para 2024, claro se o gastarmos em 2023 e se recebemos dinheiro de financiamento essa verba é crédito em 2024. Iremos ter um valor a mais para gastar noutras obras, é bom, por isso é que às vezes há obras que não mencionamos no orçamento e afinal aparecem feitas porque tivemos verba para imputar nessas rubricas.

Temos na Freguesia de Almodôvar, assim vou falar em 3 ou 4 obras mais relevantes, temos dinheiro para começar no início do ano com as pinturas e requalificação do Fórum Cultural, cerca de 84 mil e 700 euros, temos 210 mil euros para a segunda fase do Balcão Único, portanto o Balcão Único das obras particulares, temos 470 mil euros da Creche que é o tal empréstimo que há bocadinho mencionou de 500 mil euros números redondos, temos cerca de 150 mil euros para uma construção nova no Jardim de Infância, um edifício novo ao lado do existente onde vamos construir mais uma sala, com casa de banho e um espaço de lazer para as crianças, temos 240 mil euros para o Centro Interpretativo do Medronho e temos mais 75 mil euros para o Equipamento Multifuncional do Medronho, temos cerca de 40 mil euros para gastar em remodelação na Conservatória de Almodôvar e 50 mil euros para uma Plataforma que já peca por não estar feita na Barragem do Monte Clérigo. -----

Em relação a Santa Clara temos 130 mil euros para começar a obra da escola primária de Santa Clara, também já peca por ser tardia, temos 390 mil euros afetos à Área Empresarial de Gosmes Aires, não chega mas estamos a contar com os fundos comunitários como disse há bocadinho e temos 190 mil euros afetos à pavimentação da estrada da Santinha à Corte da Azinheira. -----

Depois no Rosário temos 250 mil euros que transitam deste ano para o ano que vem para o loteamento do Rosário, uma daquelas obras que o nosso compromisso era tê-la feito em 2022/23 e ainda não a fizemos, temos também 100 mil euros para a requalificação de uma rua que não tem esgotos nem água canalizada no Rosário, a rua do Eucalipto, e temos basicamente isto. -----

Depois na Aldeia dos Fernandes temos 50 mil euros para reparação com epóxis, reparação das bancadas e área de brincadeira das crianças na escola da Aldeia dos

Fernandes, temos também 20 mil euros para uns ossários no cemitério da Aldeia dos Fernandes e 75 mil euros para Mobilidade Suave, portanto arranjo de passeios, barranco etc. para terminar ou dar continuidade à obra que começamos no início deste ano.-----

Relativamente a Santa Cruz temos 150 mil euros afetos para reparações da estrada entre o Dogueno e a Romba, portanto esta parte toda ou onde chegar, esta verba ou outra verba que venhamos a ter está aqui já preparada para lançar concurso e basicamente temos 5 mil euros para a requalificação do Dogueno, claro que não chega, são necessários 400 mil, estamos à espera que o projeto fique pronto para poder perceber o valor e também a candidatura à CCDR. -----

Para terminar relativamente a São Barnabé temos 100 mil euros afetos a Felizes, nomeadamente a estrada que liga a estrada de Salir, como normalmente lhe chamamos, até Felizes, precisamos de reparar aquela estrada que começa a estar degradada antes que ela se estrague mais e temos depois verbas pouco significativas também. Mas temos aqui só no orçamento cerca de meio milhão de euros para ELH para aquisição de prédios para requalificação e para pequenos arranjos no concelho todo, não é só em São Barnabé. -----

Este valor como disse há bocadinho vai ser alterado, será depois devidamente alterado no orçamento, não sabem ainda quanto mas certamente vai ser alterado. Basicamente o nosso orçamento é este, não está a dizer que é um orçamento magnífico, um orçamento de 20 milhões e 800 mil euros se não está em erro, não é magnífico é aquele que podemos ter neste momento, é um orçamento que vai modificar-se ao longo do tempo e naturalmente começando logo no 1.º trimestre do ano, esperamos que hajam aqui alterações significativas. -----

Peço-vos mais uma vez que não olhem para o vosso orçamento que têm aí na frente como se fosse um documento definitivo, ele não é um documento definitivo, nunca foi, não há orçamento nenhum municipal que o seja, quando vocês vêm uma verba de 5 mil euros ou mil euros numa rubrica não quer dizer nada, essa obra até pode ser feita primeiro do que qualquer outra, depende da situação, depende da candidatura, depende às vezes da pressão que temos para gastar aquele dinheiro e já está ali e pode ser gasto ali. A obra fazia falta, há empreiteiros disponíveis, vamos avançar e às vezes não conseguimos porque metem entidades terceiras em obras que estão aqui listadas e temos que esperar por pareceres etc. Portanto, às vezes o facto de se ter numa obra 5 mil euros aqui numa rubrica não quer dizer que ela fique por fazer ou que não se faça, ou que não se liga, quer dizer é que agora no momento de hoje demos-lhe menos importância que outras obras, mas há contingências às vezes que nos acontecem e dei o exemplo dos pareceres que fazem com que possamos avançar com outras que não precisam e que não têm aqui verba mas que as tornamos prioritárias, isso é uma decisão do executivo, geralmente seguimos mais ou menos o orçamento, mas que eu me lembre tanto orçamento que leio e vejo não há nenhum orçamento que cumpra na íntegra, de Câmaras Municipais, que cumpram na íntegra aquilo que se escreve no orçamento, que há sempre necessidade de ajustes. -----

**O Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição dos deputados João Guerreiro e Pedro Franco. -----

Usando a palavra, o **deputado João Guerreiro** disse que relativamente a este ponto regista com agrado a continuação do executivo numa política baseada no bem-estar socioeconómico e cultural do concelho de Almodôvar, em que a preocupação com a educação, habitação condigna, saúde e bem-estar geral dos nossos munícipes são a pedra basilar de toda a ação deste executivo. Apraz-me registar que a Câmara Municipal, a exemplo dos anos anteriores, irá continuar uma política de proximidade junto de todos os Almodovarenses, colocando as pessoas sempre em primeiro lugar.



Assim, regista com agrado que o município irá continuar a garantir todos os apoios sociais que tem vindo a ser prática deste executivo municipal, reforçando até nalguns casos, como é os apoios às famílias mais numerosas. Neste âmbito gostaria de enaltecer o apoio cada vez maior que é dado a vários níveis, seja aos seniores na compra dos medicamentos seja aos universitários através da atribuição de bolsas de estudo e a concessão de transporte gratuito, seja às famílias ao nível do subsídio da natalidade e ao apoio escolar de todos os níveis de ensino. Também ao nível do comércio local vê com agrado a manutenção dos apoios concedidos, que passam pelas compras do município que sempre que possível são feitas a comerciantes locais, ao desenvolvimento de campanhas de apoio como a que irá decorrer agora em dezembro para incentivo das compras de natal no comércio local, ou ainda na atribuição de cheques a funcionários e respetivas famílias para a compra no comércio local, bem como a manutenção do apoio ao Associativismo local. Agrada-lhe ainda observar o desenvolvimento da estratégia local de habitação, que a seu ver irá resolver a curto/ médio prazo um problema que se vem arrastando há alguns anos, que é a falta de habitação condigna para os jovens e para as famílias carenciadas. Nesta estratégia local de habitação estão incluídas nas ações, projetos nos quais vê total importância, como é o caso das obras de requalificação nas casas degradadas e também na aquisição de imóveis pela Câmara para a construção de habitação social, como é o caso da compra junto ao quartel da GNR, por exemplo, que irá ser efetuada na residência de estudantes. -----

Ao nível das obras previstas regista com agrado o importante esforço na reabilitação urbana que tem vindo a ser desenvolvida e pelo que está versado nestas grandes opções do plano e orçamento continua a ser preocupação constante deste executivo municipal.

A começar logo pela preocupação de manutenção e requalificação do parque escolar do concelho, como comprova as intervenções agendadas na escola Dr. João de Brito Camacho, no jardim-de-infância de Almodôvar, na EB1 e Parque Escolar de Santa Clara e na Semblana, que deverá ser beneficiado com campo de jogos na sua EB1. São também de destacar, em sua opinião, as importantes obras de reabilitação que tem vindo a decorrer no centro histórico da vila, que em 2024 continua a dar fruto. Gostaria de louvar também o desenvolvimento da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires, uma importante obra e uma estrutura que virá por certo gerar mais-valias consideráveis para todo o concelho.-----

No Rosário vê com agrado a preparação de um loteamento jovem que virá trazer mais condições para que os jovens se consigam fixar no nosso concelho e que aqui possam viver e prosperar. No apoio aos jovens e às nossas famílias regista com especial agrado o início anunciado de uma obra há já muito tempo esperada por todos nós, que é precisamente a construção da Creche no loteamento Mártir e Santo. -----

Posto isto, para terminar aproveitando esta última menção, gostaria de perguntar em 1.º lugar para quando se prevê o início da venda dos lotes do Mártir e Santo e por último para quando se prevê o início das obras de requalificação da rua de Beja, no seguimento das intervenções que têm vindo a ser levadas a cabo no centro histórico. Esta pergunta pensa que já foi respondida, mas se o Senhor Presidente quiser dar mais uma achega. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por agradecer todos os elogios que deu ao executivo e sabe que o senhor deputado não os faria se não tivesse motivos. -----

A rua de Beja já explicou, nós temos um projeto, a rua de Beja nunca esteve candidatada por nós, a rua do Algarve sim, a rua da Ferraria e aquele Largo entre as duas ruas. Temos um projeto que inclui rua de Beja, rua João de Brito Camacho, travessa do Forno, rua do Relógio e temos outro projeto que inclui a rua que se esqueceu agora o nome, onde está aquele laboratório de análises clínicas, inclui a travessa do Padre Mestre, da drogeria até o Largo do Cerro do Nodre, a outra parte já está reparada e inclui aquela rua pequena que vai até à rua de Beja. Esses já estiveram candidatados,

tivemos que retirar a candidatura, chama-se Largo da Igreja e ruas circundantes. Os projetos estão prontos e inclui também a obra que vai da Nacional 2 até aqui à Câmara Municipal, fazendo aquela passagem toda do Mercado e tirando o adro da igreja, tirando toda a calçada da igreja, deixando tudo ao mesmo nível em calçada. Temos os projetos prontos, um deles ou 2 já estão aprovados em Câmara, os outros não estão porque sabíamos que não havia verba este ano porque esgotamos, nós fomos das Câmaras Municipais da CCDR que esgotamos todas as verbas em requalificação, ainda tivemos que ir buscar a outras Câmaras Municipais, não há muito dinheiro no 20/30, já temos o 20/30 definido, mas há muito dinheiro no ciclo urbano da água que não vamos conseguir gastar e vamos depois pouco a pouco passando. Portanto temos todo o interesse em fazer projetos, ter projetos na gaveta para poder avançar, a Rua de Beja, Rua João de Brito Camacho avançarão certamente se tudo correr como espera no decorrer deste ano, não podemos avançar com todas as obras ao mesmo tempo, isso é impossível, não há como, não podemos fechar o centro da vila, não vale a pena pensarmos nisso, vamos avançar conforme conseguirmos e deixar legado e deixar projetos prontos para a seguir a 2025. -----

Relativamente à questão que lhe colocou, falou-me na Rua de Beja e falou-lhe do loteamento, venda dos lotes não foi? -----

Os lotes estão todos prontos, estamos à espera do registo notarial, porque como sabe antes de se venderem tem que haver registos separados e estamos à espera que a EREDES nos venha ligar a eletricidade exterior, não está ligada ainda, estamos à espera a todo o momento, não pode dizer que seja amanhã ou depois, tem feito alguns contactos nesse sentido e estamos à espera. Portanto é só isso que falta, assim que a EREDES ligar o empreiteiro entrega oficialmente o loteamento, já o recebemos provisoriamente, vamos recebê-lo depois doutra maneira quando estiver tudo pronto. As ligações estão feitas, existe agora uma necessidade ali de levantar uma parte do pavimento, mas pertence à obra da Travessa do Hospital porque no momento quando eu pedi para deixarem logo ali um buraco aberto ninguém quis deixar, era problemático, podiam cair lá pessoas, agora temos que estar a desmanchar o que foi feito, nada que umas grades não resolvessem, mas não que era problemático, os engenheiros, ninguém quis assinar o termo de responsabilidade, eram trabalhos a menos ao empreiteiro, falamos de 1000 euros, 500 euros, mas agora não precisávamos de partir, agora temos que estar a levantar o que já estava feito. De qualquer das maneiras isso não interessa, o que interessa é que sim, está pronto, já tivemos lá destruição de propriedade quando fizemos a FACAL, houve uns camiões que partiram o passeio, também está previsto a reparação, o empreiteiro repara, mas nós temos que pagar porque não foi problema da empreitada. -----

Continuando com a ordem das inscrições, usou da palavra o **deputado Pedro Franco** que disse o seguinte: -----

Iniciou pelos cumprimentos, com destaque especial para os membros do público, pois é para os cidadãos de Almodôvar que aqui todos se reúnem. -----

A bancada do PSD tem sérias questões de como o atual executivo da Câmara Municipal redigiu e encarou os desafios para o próximo ano, na tarefa árdua de gestão previsional do orçamento. -----

Nesta intervenção irá fazer um comentário a este documento e algumas questões irão surgir ao longo do comentário. -----

Começando pelo valor utilizado na elaboração deste orçamento, cerca de 20 milhões e 800 mil euros tanto na parte da receita como na parte da despesa, surge a primeira grande questão. -----

O que é que 2024 vai ter de diferente? Porque é que pergunta isto? Porque a Câmara Municipal de Almodôvar nunca teve uma receita de 20 milhões nem uma execução orçamental parecida. Aliás especificando: quanto à parte da receita no atual orçamento, como é regra geral, a receita está dividida em três componentes principais, as receitas

próprias, que basicamente são os impostos, as transferências gerais do estado, que este ano ainda acarretam com o aumento de 7% para as autarquias e finalmente os financiamentos comunitários. -----

As duas primeiras verbas são calculadas por métodos que permitem uma boa aproximação à realidade. Quanto ao 3.º ponto, os fundos comunitários, este valor parece-lhes amplamente exagerado, especialmente quando comparado com a média dos últimos anos, tendo em conta que estes financiamentos regra geral são só atribuídos após execução de obra. -----

Volta a perguntar, e neste caso com especial enfoque na receita, o que é que vai ser tão diferente em 2024 que se prevê tanta receita, tanto fundo comunitário e tanta obra feita quando comparada aos anos anteriores. -----

No que se refere à despesa a história é um pouco mais do mesmo. No presente documento a despesa também podemos dividir em três categorias importantes: as despesas fixas, onde estão os salários e outras despesas inevitáveis para a gestão anual do município, cerca de 7 milhões e tal para salários, 3 milhões e tal para outros custos fixos, que dá cerca de 11 milhões; depois tem as Atividades Mais Relevantes, temos as bolsas de estudo, os transportes, o cartão Almodôvar mais solidário, as festas etc. etc. que são despesas que a história dos mandatos, e que o Senhor Presidente nos ensinou, estas verbas nunca se cortou, antes pelo contrário, até se costuma aumentar e estas despesas fixas mais as Atividades Mais Relevantes fazem 14 milhões de euros e sobram as chamadas PPI's, o grande investimento nas obras etc. que tem um valor atribuído de cerca de 6 milhões de euros. -----

Mas olhando para as gestões orçamentais do passado, a não ser que haja qualquer coisa radicalmente diferente, o Município tem uma execução orçamental, em média, de 15 a 16 milhões de euros. Se nas outras despesas não vai mexer, quanto muito aumentar, todos sabemos qual é a verba que não vai ser cumprida, vão ser as PPI's as obras que o concelho necessita. As obras que o concelho tanto necessita para se desenvolver, fortalecer económica e socialmente e desenvolver alavancagens empresariais e permitir o crescimento económico e a criação de emprego em soluções alternativas às dominantes do concelho, como a mina e a Câmara Municipal de Almodôvar. -----

Então, pelos cálculos do PSD, dos 6 milhões previstos para obras apenas se vai gastar 1 a 2 milhões de euros no máximo. -----

Compreendemos Senhor Presidente que por vezes a burocracia exige que se coloque em orçamento valores previsionais muitas vezes impossíveis de alcançar e que é um documento adaptável e flexível. -----

No entanto, o orçamento é um ótimo documento estratégico para definir prioridades para um desenvolvimento sustentado e planificado do concelho, mas não é isto que está explanado neste documento, antes pelo contrário, aponta para uma navegação à deriva na gestão dos fundos do concelho. Mais valia pegar neste 1 a 2 milhões de euros reais e apontar para obras estratégicas, em vez de se falar em 6 milhões que vão servir tudo mas não vão servir para nada porque não vão existir. -----

Esta gestão à deriva é prejudicial para o concelho, em documento enviado ao Senhor Presidente no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição pelo Vereador António Sebastião, propôs uma reunião com o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e os Técnicos de modo a afinar este documento, mas mais uma vez o senhor Presidente recusou a ajuda do PSD. Pergunto-lhe porquê? -----

Finalmente e para terminar, para exemplificar como este documento deixa transparecer uma gestão atabalhoada onde há muito dinheiro virtual mas o essencial fica por cumprir, gostaria que explicasse, já que os respetivos Presidentes de Junta não questionaram, como é possível não haver orçamento para o loteamento da Aldeia dos Fernandes prometido há 3 anos atrás, há 3 anos atrás, inclusivamente dizia que estava quase ou ainda mais urgente, como é que a ETAR de Gomes Aires que necessita de uma

intervenção profunda e tem gerado tanta polémica e que o Senhor Presidente há cerca de 3 anos também em reunião de Câmara afirmou que era urgente, mas só tem uma verba de 5 mil euros. -----

Para o PSD, Senhor Presidente, esta previsão de orçamento não está baseada em pressupostos reais, não corresponde às necessidades do concelho nem corresponde às necessidades que os almodovarenses anseiam por ver satisfeitas. -----

Foi dada novamente a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que irá responder ao Senhor deputado Pedro Franco sobre algumas questões. -----

A primeira resposta que lhe dá, sem querer ser abusivo, não aceitou a proposta do PSD porque os Almodovarenses não aceitaram o PSD e eu represento os almodovarenses. Não percebe, aceita sugestões dos Presidentes de Junta, da oposição, a oposição mandou-lhe sugestões, algumas estão certamente incluídas, mas se estivéssemos na assembleia da república onde a oposição fosse diversificada tudo bem. Aqui a diferença foi tão abismal na votação entre o PS e o PSD, que acha que se sentasse à mesa e deixasse o PSD ajudá-lo a fazer um orçamento, os Almodovarenses deixavam de confiar em nós, é o que acha. E naturalmente achando, digo nesta assembleia, porque não vos escondo nada, aliás há bocadinho provei-vos que digo aquilo que penso sem ofender ninguém, portanto essa é a 1.<sup>a</sup> questão que lhe quer dizer. -----

Depois o Senhor deputado diz-lhe que há 6 milhões de euros, ou 2 ou 3, não interessa o valor, que eu não devia ter utilizado no orçamento. O Senhor tem razão sem ter, ou seja, os valores que está a falar são valores de fundos comunitários, são suposições, mas o orçamento em si também é uma suposição e eu não tenho onde meter esse dinheiro sem ser no orçamento, ou oculto o dinheiro e estou a ocultar a verdade dos vereadores e dos senhores deputados, porque assino contratos dos fundos comunitários e não estou a colocar a verba nas rubricas, o que legalmente isso não é possível, posso fazer isso um mês ou dois, mas num orçamento do ano inteiro eu não posso dizer que não tenho uma verba aprovada em X quando tenho, posso ocultar esta reunião de assembleia, tudo bem, ainda tenho tempo, na próxima não houve tempo de preparar o dossier de ajustar etc.. Mas se eu tenho a verba ela tem que aparecer e a verba que o Senhor está a referir são 2 milhões de euros em ELH, não estão aqui mais fundos comunitários nenhuns, a não ser aqueles que já estão aprovados no orçamento de 2023 e que transitam para 2024 tal como transitam as despesas. Os senhores não queriam que eu passasse despesas sem passar receitas, isso era um desfalque orçamental para nós, ou seja, apresentávamos um orçamento de 20 milhões e 10 milhões de receitas, impossível, então tínhamos o orçamento mais pobre de Portugal, não é, eu tenho sempre que ajustar, no meu orçamento tenho de ter um equilíbrio entre receita e despesa, sempre, eu não posso ter um cêntimo a mais no orçamento em receita que tenho em despesa, nem vice-versa não posso, daí que nós mandamos um orçamento muitas vezes que não está acertado e aí sim é uma falha, falhamos todos nas Câmaras Municipais, do país inteiro e se calhar do Mundo, não sei. Nós mandamos um orçamento, metemos para lá números o que não corresponde muitas vezes à verdade porque os acertos são feitos com a Contabilidade, com o Gabinete de Planeamento etc., e com as vontades do executivo, nós é que definimos que projetos é que queremos avançar primeiro e digo-vos uma coisa, há aqui projetos neste orçamento que não têm o dinheiro todo para serem feitos, como eu vos disse há bocadinho, mas para permitir que outros tenham mais alguma verba, também para de alguma maneira os Senhores Presidentes de Junta ficarem mais tranquilos e saberem que aquele orçamento na Junta deles, que aquela obra tem orçamento ou todo ou quase, temos de fazer ajustes e os ajustes às vezes não são compatíveis com a nossa vontade. O primeiro orçamento que eu mandei para o Gabinete de Planeamento de acordo com os dois vereadores que trabalham diretamente comigo todos os dias, não é o orçamento que está aqui, porque depois sofreu alterações porque não havia verba para isto, verba para aquilo, mas de facto há 2 milhões de euros que se chamam ELH que estão imputados ao orçamento,

mas nós temos contratos assinados com o IHRU que esses dois milhões de euros são nossos quando executarmos a obra, certo, mas nós também estamos a fazer uma coisa que o Senhor deputado Pedro Franco não mencionou, nós não estamos a mentir à assembleia nem a deturpar um orçamento, porque de facto nós estamos a utilizar verbas do FEF que não existem, nós só temos um documento de orçamento de estado que diz que nos vão dar 730 mil euros por mês, nem sequer contrato assinado, temos com eles, dizem que nos vão dar, nós acreditamos neles, porque que não hei-de acreditar em mim próprio, na equipa na Câmara a saber que vou executar uma obra, naturalmente que sabe que não vai executar as obras todas, mas eventualmente ao longo do ano também sabe que vai ter mais fundos comunitários, vai ter mais obras candidatas e que vou ter mais verbas e se calhar não executa umas executa outras, eu ou qualquer executivo. Portanto este orçamento é previsional, por causa disso porque nós estamos a trabalhar com verbas e há uma receita que o Senhor Pedro não mencionou que é muito importante para nós, que é a receita dos impostos. -----

[\(o deputado Pedro falou sem microfone\)](#) -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente referiu que não se apercebeu e essa receita também é completamente falaciosa, nós não sabemos o que que vamos receber, estamos a trabalhar com média de 3 anos, olhe este ano lixámo-nos, contámos que a Somincor o ano passado pagou-nos 450 mil euros de derrama e este ano de 2023 recebemos 40 mil, portanto a média foi completamente degradada pelo valor que recebemos, porque fizeram investimentos substanciais e não tiveram lucro como tiveram no ano anterior. Todo o orçamento em si é uma previsão, é um documento previsional, agora se tem uma rubrica que está preenchida com 2.1 milhões de euros é claro que o utiliza, não pode é utilizar algo que não tem contratualizado, mas este está contratualizado, porque nessa perspetiva do deputado Pedro, então não podia também usar o FEF, nem o fundo de apoio, nem o IVA, não podia usar nenhuma dessas verbas, então começava com um orçamento de receitas próprias de 300 mil euros ou 400 mil euros. Portanto peço desculpa, só está a argumentar com o Senhor deputado, porque aquilo que lhe diz tem razão sem ter, está a perceber, o dinheiro não existe, mas não existe nem no fundo comunitário, nem no FEF, nem nos impostos, nem nas receitas próprias. Se não tiver projetos aprovados de obras particulares, se as pessoas não vierem pagar nem a água durante um ano eu tenho zero receitas. -----

[\(o deputado Pedro falou sem microfone\)](#) -----

O Senhor deputado tem razão sem ter, ai está, com isto termina esta parte. -----

Relativamente à questão em que diz que as obras mais significativas não foram feitas no concelho é claro que discorda do Senhor deputado, completamente. Nem todas as obras mais significativas foram feitas no concelho, nem eu nem ninguém antes de mim as fez, nem quem vier depois de mim as fará, não tenha a mínima dúvida. É claro que espera isso da sua oposição, claro, a sua oposição não vai dizer ainda bem que fez tudo bem feito, é lógico, mas não tenham dúvidas que ninguém faz as obras todas e quando estamos a fazer uma, aparece a necessidade de fazer outra, é a coisa mais lógica e é isso que justifica a nossa presença numa Câmara Municipal, porque senão vinha para aqui um Presidente e uns Vereadores faziam tudo e o resto da malta não precisava de para cá vir, isso faz com tenhamos entusiasmo e estejamos aqui a debater. Que lhe diga que há umas obras mais prioritárias que outras, aceita, aceita, o Mártir e Santo foi feito, se lhe disserem que preferiam que tivesse feito o da Aldeia dos Fernandes primeiro, aceita, é uma posição sua, tinha o projeto do Mártir e Santo mais preparado mais avançado e avancei, o da Aldeia dos Fernandes está mais atrasado. É o culpado de não o ter pronto ainda? Claro que é. Agora que não foram feitas obras, ai foram, e foram muitas, foram feitos relvados, foram feitos acessos aos cemitérios para dar melhores condições às pessoas, foi feito o Campo das Eiras, que começou um ano depois e durante este ano teve o seu desfecho quase total e é uma obra bastante significativa que infelizmente subiu demais devido aos preços e devido às necessidades que nós colocamos na obra

que não tinham sido previstas no projeto original, mas que está acabada, está à espera que a EDP venha ligar as luzes para poder repavimentar a estrada da parte da frente e terminar. São 2 milhões e 100 mil euros que estão ali em obra, é uma obra significativa para fazer feiras, para fazer eventos, para modernizar a vila de Almodôvar, para dar mais qualidade àquela zona das Eiras que está degradada, temos que investir mais naquela zona, eu com 2 milhões e 100 mil euros tinha feito o loteamento da Aldeia dos Fernandes ou o loteamento do Rosário e ainda me sobrava 1 milhão, com certeza, mas essa foi a prioridade que nós definimos que era necessária. -----

Agora para ter ali 12 habitações para jovens terem famílias e ter mais juventude a viver em Almodôvar são prioridades. Ao dizer-lhe sobre a ETAR de Gomes Aires, tem toda a razão, tem toda a razão, a ETAR de Gomes Aires já está a debitar resíduos sem qualidade para a ribeira do Mira, tem toda a razão, já devia estar em processo, houve alguns atrasos pelos quais se responsabiliza, não é uma questão de prioridade, que é prioritária, é uma questão técnica, pela qual se responsabiliza, está no orçamento não sabe se tem mil euros, se tem 2 mil, se tem 5 mil, de qualquer das maneiras como disse inicialmente não significa que não se faça, claro que não podia colocar tudo aquilo que vai fazer no orçamento, porque no início do ano, como no ano anterior, como noutros anos anteriores, nem sempre o orçamento inicial corresponde ao final.-----

Termina dizendo que está muito orgulhoso de todos os projetos que fizeram, também está orgulhoso, e é algo que a oposição nunca diz, mas ele diz, está orgulhoso dos projetos que outros fizeram antes de si, porque foi dinheiro público para melhorar as condições de todos nós e está muito orgulhoso dos projetos que neste executivo têm feito e têm sido muitos, só em 3 anos fizeram 102 obras, os últimos 3, esteve a olhar para o mapa para preparar alguma defesa que viesse assim mais rude, 102 obras em 3 anos. É obra, portanto quando lhe dizem que não fazem nada ou que fazem pouca coisa estruturante é uma opinião que respeita mas naturalmente repudia, com tudo aquilo que tem e os projetos que nós temos neste orçamento, desde que está na Câmara que conhece melhor os projetos, o que conta nunca é o início, conta é quando terminamos. Como terminamos o orçamento é que é mais importante, não é como o começamos, porque não houve ano nenhum que as obras feitas correspondessem às obras listadas e isso não é erro de gestão, não é má gestão, isso é trabalhar para a comunidade quando as necessidades surgem mais prioritárias, avançamos e mudamos a prioridade se ela não prejudicar ninguém e é o que tem acontecido. Como disse um destes dia numa reunião, os relvados de Santa Clara e da Aldeia dos Fernandes não tinham sido planeados, apareceram por necessidade da comunidade porque houve uma reunião em Santa Clara que decidiram, na sua frente, abdicar de um projeto e relvar o campo de futebol, o Senhor Presidente de Santa Clara que está aqui connosco hoje também estava nessa reunião onde havia um projeto para ser feito de um Polidesportivo Coberto e a comunidade decidiu não o fazer, preferiu o relvado e a Aldeia dos Fernandes andavam todos entusiasmados com o futebol, como ainda andam, não sabe como é que estão de vitórias, mas entusiasmados andam, e pediram-lhe por tudo que queriam um relvado, queriam ser iguais a Almodôvar. Só havia um projeto para substituir o relvado de Almodôvar que já tinha 15 anos, portanto surgiram 2 obras de meio milhão de euros que nem sequer em orçamento estavam, por assim dizer, portanto conta como acabamos, o começo é o princípio e nunca é o princípio do fim no seu caso.-----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia colocou à votação as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2024**, tendo a Assembleia Municipal, por **maioria**, com 17 votos a favor (PS), 4 votos contra (PSD) **deliberado**: -----

**Aprovar, Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2024**, documentos, estes, que fazem parte integrante do presente texto, e ficam arquivados na Câmara Municipal. -----

**C.2 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL E RESPETIVOS ANEXOS PARA VIGORAR NO ANO DE 2024:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e referiu que A elaboração desta Proposta nº 167/2023, relativa ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2024, que de seguida vamos apreciar e deliberar, tal como é referido na página 1 de 4 deste documento, “(...) exige o planeamento rigoroso das atividades de natureza permanente ou temporária a concretizar durante os diferentes períodos, bem como, os recursos financeiros e humanos a afetar para o efeito”. Refere ainda, na página 2, que esta Proposta “(...) resulta de um diagnóstico das necessidades verificadas nos diferentes serviços e unidades orgânicas, articulado com o cumprimento das regras orçamentais impostas pela legislação em vigor em matéria de gestão de pessoal, considerando a manifesta necessidade de reposição e reforço de recursos humanos em áreas determinantes da estrutura orgânica municipal, designadamente, no que respeita a recursos operacionais”. Refere-se ainda no documento, “(...) que estamos perante uma proposta de Mapa de Pessoal que reflete a política de gestão de recursos humanos definida pelo Município, a qual pressupõe a avaliação dos impactos das saídas registadas nos últimos anos e reflete também uma avaliação das possibilidades reais de recrutamento, programando, designadamente, a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas mais deficitárias (...)”. -----

Perante esta proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2024 que aqui nos é apresentada, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se pretende prestar alguns esclarecimentos adicionais aos que constam no documento, antes de solicitar a palavra aos Senhores Deputados Municipais.-----

O **Presidente da Câmara** começou por referir que o Mapa de Pessoal de 2023 como é natural não foi completado, não preencheram todos os lugares, abriram os lugares numa expectativa previsional, não houve necessidade ou pelo menos tentaram não criar essa necessidade para ter os lugares todos preenchidos ao longo de 2023, também por uma questão orçamental para tentar utilizar os recursos existentes e não estragar de alguma maneira as pessoas que cá estão, não obstante terem necessidade de pessoal. O mapa de 2024 tem essa mesma expectativa, é uma expectativa que vai ao encontro das necessidades que os nossos chefes de divisão nos mostraram, dividido por 4 porque toda a gente quer muitos funcionários, mas quem gere o orçamento tem que perceber que tem que ter verba para pagar aos funcionários, digamos que, as necessidades demonstradas dividimo-las por 4 e resolveu-se o problema. Há unidades que nos pediram 12 funcionários, isto multiplicado por 4 unidades significava meter mais 44 funcionários e para o ano que vem havia outros 12 a serem pedidos, com certeza que é mesmo assim que isto funciona. Portanto temos de ter a noção e a agilidade mental para perceber que não podemos aceder a todos os pedidos, nem internamente nem externamente, que é impossível, de maneira que criamos 12 postos de trabalho, seis com recurso a mobilidade, mobilidade entre instituições ou entre serviços, portanto mobilidade global e 6 postos de trabalho novos. Destes 12 postos de trabalho contemplamos 7 para assistente operacional, 3 para assistentes técnicos, 1 para coordenador técnico e um para técnico superior. Estas são as necessidades que o executivo assumiu serem as possíveis de servir, o que não quer dizer que no decorrer do ano não surjam outras necessidades e não tenhamos que ajustar o mapa de pessoal, naturalmente com o vosso acordo como já tem acontecido, como aconteceu na última Assembleia, onde ajustamos 3 ou 4 postos de trabalho, mudamos os postos de trabalho e áreas porque não existiam nas áreas onde nós queríamos e tínhamos essa necessidade. Basicamente os postos de trabalho onde temos mais necessidade neste momento como devem calcular é a Educação. Continua a ser uma área com pouco crescimento mas com muitas pessoas a reformarem-se, com muitas pessoas debilitadas com alguns problemas onde precisamos de renovar e é uma área que são os nossos filhos, requer toda a atenção, requer todo o carinho, requer um grupo de trabalho coeso

e disponível e para isso precisamos de funcionários e nem sempre o perfil desses funcionários que entram se adequa às vezes às escolas, a cuidar de crianças, a ter paciência, a levar um dia inteiro com gritos e com correrias. É uma área muito difícil e às vezes temos que ajustar tirar pessoas das escolas e levar para outros sítios, porque não se adequa, não se habituam, não conseguem suportar esse stress diário e de maneira que continuamos a ter muita falta e estão aqui contemplados ou 5 ou 6 postos de trabalho para escolas, que eventualmente no decorrer do ano veremos se é suficiente ou não.-----

Para terminar, quer dizer que no ano de 2023 não preenchemos as 23 vagas que existiam, mas houve 7 saídas de funcionários e houve 13 entradas de funcionários. Estavam 23 previstos só ficaram 10 por entrar, mas até ao final do ano eventualmente vão entrar ainda 4. Portanto não ficamos muito aquém daquilo que foi o mapa de pessoal que nós trabalhamos, com exceção de 4 lugares que realmente tivemos que os preparar agora no final do ano, não 4 lugares novos mas sim ajustes nas áreas que não estavam previstas. Portanto basicamente ficamos muito próximo do número real que tínhamos previsto entrar, previmos 23 se entrarem 17 ou se entrarem 18 ou 19 que seja ficamos muito próximo, não significa nada, só significa bom planeamento de quem está à frente da Câmara, permitam lisonjear-se a si próprio, é modéstia.-----

O **Presidente da Assembleia** disse que concorda plenamente com as palavras proferidas pelo Senhor Presidente relativas aos funcionários das escolas e fala com experiência própria, são cada vez mais necessários funcionários nas escolas, cada vez há mais miúdos a ficarem na escola a tempo inteiro, durante todo o dia, e cada vez há mais problemáticas associadas a diversas situações que vão surgindo, não sabe se da evolução destes tempos, por que razão é que é, e também dizer que há falta de outros recursos e doutros apoios a nível da função docente. São muitas vezes os funcionários das escolas que dão o apoio necessários nas salas de aula para aquelas crianças com algumas problemáticas que surgem cada vez mais, como já referiu, portanto, às vezes pode-se ter a ideia que a escola tem muitos funcionários, que é muita gente, mas nunca são de mais.-----

Continuando, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

Estando o plenário esclarecido e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação, a Proposta n.º 167/2023, tendo a Assembleia Municipal por **maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**:--

**Aprovar o MAPA DE PESSOAL do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2024, e respetivos anexos**, elaborado nos termos do disposto no artigo 28.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, cujo original se anexa como parte integrante desta Proposta e fica arquivado na Câmara Municipal. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

**A deputada Ana Guerreiro, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto:** -----

“A bancada do Partido Social Democrata votou contra esta questão do Mapa de Pessoal, não porque somos contra a contratação de funcionários públicos, naturalmente que não e sabemos que é no nosso concelho grande parte das famílias têm funcionários públicos, mas como já referimos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento achamos excessivos os gastos apresentados com a despesa de pessoal, mais de 7 milhões de euros em despesa fixa da nossa autarquia. Sabemos e já referimos isto aqui, voltamos a frisar que os dados dos censos de 2021 que a população do nosso concelho tem decrescido dia para dia, cerca de 10%, o que é um dado que nos deve preocupar e mesmo com a política que tem sido implementada pelo executivo da nossa autarquia, o



aumento sempre do número de funcionários, o número de habitantes tem diminuído, penso que devemos analisar estes dados e tomar decisões políticas adequadas para a promoção do desenvolvimento do nosso concelho. Quando nós temos menos população e temos mais funcionários, naturalmente que as necessidades atuais são diferentes de há 20 anos, mas acho que nós devimos planear de outra forma, nomeadamente, haver uma reestruturação dos serviços, pois não conseguimos perceber se se justifica o aumento do número de funcionários públicos, quando temos cada vez menos população no nosso concelho. Há 10 anos tínhamos cerca de 220 funcionários para uma população de 8 mil pessoas e atualmente temos os 322 funcionários, este ano ainda vão ser colocados mais 12 como disse o Senhor Presidente, mas nós achamos que estes mapas devem sofrer uma reestruturação e pensamos que temos aqui uma disparidade de dados, com a população do nosso concelho a descer e o número de funcionários a subir de ano para ano, continuamos a defender uma política diferente em que haja um aumento na despesa de capital que promova o investimento no nosso concelho e naturalmente conduza também ao aumento da densidade populacional do nosso concelho.” -----

**C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA REFERENTE À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS — DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CÂMARA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO (LCPA), ALTERADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO E NO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA PELO DECRETO-LEI N.º 99/2015, DE 2 DE JUNHO:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e referiu que Tal como é habitual e como a lei determina, através da Proposta nº 161/2023 a Câmara Municipal solicita à Assembleia Municipal para “emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal”, nas condições previstas na referida Proposta, com o compromisso e obrigatoriedade da Câmara Municipal que “*Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação, na qual conste os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe*”. -----

É um procedimento habitual que, de acordo com a lei, “*poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento*” e que mais uma vez vamos colocar à vossa consideração.”-----

Dará primeiro a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, caso se queira pronunciar desde já sobre esta Proposta, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais. -----

O **Presidente da Câmara** pediu, com a devida permissão do Senhor Presidente, duas frases. -----

Com o devido respeito que pela Mesa e pelo PSD que está há sua frente, deixaram-no estupefacto quando votaram contra este Mapa de Pessoal, sabendo a necessidade que nós temos de pessoal nas escolas. -----

Não sabe se quer o PSD ir trabalhar nas escolas, cuidar das crianças, mas de facto precisamos de funcionários para as escolas e não podemos comparar esta necessidade do ano de 2024 com a necessidade de 2010 ou 2011 ou 2013, porque as crianças precisam cada vez mais de apoio. Há crianças que têm de ter uma funcionária só para essa criança, os funcionários face à legislação têm menos horas de trabalho, agora temos mais crianças com problemas que tínhamos há 15 anos atrás ou há 10 anos atrás, temos mais funcionários seniores nas escolas, muito mais, e temos escolas onde a nossa salvação são os contratos de emprego, os CEIs porque senão não tínhamos como, portanto fazemos o máximo de poupança possível relativamente ao peso no orçamento. Têm um bocadinho razão, mas nós herdamos 40 funcionários da escola secundária, porque quisemos herdar, não fomos obrigados, estes 40 funcionários significam 25 mil euros cada um por ano, portanto são 120 mil euros a mais e não se esqueça que em

2013, o seu ponto de referência, os vencimentos mínimos eram de 485 ou 500 euros e hoje são 800 euros graças ao Governo PS, felizmente, mas são 800 euros, portanto repare que há uma grande diferença. 283 funcionários a 500 euros por mês e os mesmos funcionários a 800, não está a dizer com isto que temos poucos funcionários, nunca disse isso, mas que nos fazem falta mais 10 ou 12 para as escolas fazerem. Só fiquei estupefacto por votarem contra, quando a necessidade é para as escolas basicamente.---

(deputada Ana falou sem microfone) -----

O **Presidente da Assembleia** pediu que não entrarem em diálogo e se a Senhora deputada pretender fazer mais alguma intervenção pode-lhe dar depois a palavra a seguir. -----

(deputada Ana falou sem microfone) -----

O **Presidente da Câmara** disse que não está a falar da sua declaração de voto, nem lhe compete falar, está-lhe a responder, está a dizer que a Senhora deputada votou contra, não está a mencionar a declaração de voto, a Senhora deputada é que mencionou. -----

A **deputada Ana Guerreiro** referiu que o Senhor Presidente da Câmara pode falar e justificar e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não lhe diz nada e nós não podemos dizer nada, nós fazemos as intervenções e depois temos de ouvir e calar e não dizer mais nada. -----

O **Presidente da Assembleia** lembrou à senhora deputada Ana Guerreiro que lhe daria a palavra. Quando a Senhora deputada diz “não pode dizer mais nada” não é correto, porque acabou exatamente de lhe dizer para não entrar em diálogo e se quiser depois pode novamente intervir, foi aquilo que acabou de dizer. Mas já agora deixe o Senhor Presidente acabar e a seguir dar-lhe-á a palavra. -----

Continuando, o **Presidente da Câmara** referiu que se fosse o Presidente não a deixava falar porque teve o seu tempo e quem tem direito à última palavra é o Presidente da Câmara, que defende a Câmara, eu não deixava, e sou democrático, mas o Presidente da Assembleia é que manda. -----

Não ofendeu ninguém, não mencionou declaração de voto, simplesmente disse que está estupefacto porque votaram contra, aliás na reunião de Câmara não aconteceu o mesmo, mas tudo bem, se calhar há pessoas até mais inteligentes na reunião de Câmara. Neste momento não sabe o que há-de dizer mais, agora um facto é que precisamos das pessoas, não é pelo vosso voto contra, tudo bem, ficou foi estupefacto, não esperava e está a dizer a sua opinião, como disse há bocadinho outras opiniões, mas respeita, atenção não quer faltar ao respeito à vossa decisão, mas que ficou estupefacto ficou, porque eu não quero ir cuidar das crianças na escola, a não ser da minha, e se não tiver pessoas para cuidar nelas não sabe como é que vocês querem fazer, mas isto é uma discussão que eu não devia ter começado. -----

O Senhor Presidente mais logo chama-me à atenção e com razão, depois falará, dou-lhe já a minha palavra, calo-me já, até se quiserem que eu saia eu vou-me sentar numa cadeira à espera. -----

O que eu quero dizer é o seguinte, relativamente à plurianualidade nós aprovamos em Câmara como fazemos todos os anos a necessidade, ou melhor, a possibilidade de não ter que vir tudo à Assembleia, não termos que esperar 3/4 meses por cada sessão da Assembleia e podermos apresentar depois em Câmara uma listagem desde que não ultrapasse estes valores que foram aprovados. Isto é um hábito, não é nada de novo, espera naturalmente que votem a favor porque vai-nos facilitar a nossa vida na Câmara Municipal e vocês são constantemente informados com listagem dos compromissos que temos tanto na Câmara como na Assembleia. -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu ao Presidente da Câmara e referiu que uma vez que houve esta situação vai abrir um precedente de deixar a Senhora Deputada Ana Guerreiro intervir, mas agradece que numa próxima vez não diga que não a deixa fazer nada, pois a primeira coisa que lhe disse é que iria dar-lhe a palavra.-----

A única coisa que pretende é que não entrassem em dialogo, até porque em questão da feitura da ata, como sabe, toda a conversa que a Senhora deputada teve na bancada não fica gravada e não ficará em ata. -----

Dada a palavra à **deputada Ana Guerreiro**, começou por dizer ao Presidente da Assembleia que aquilo que disse e repete, é que fez uma declaração de voto, estamos em democracia, podemos votar contra ou a favor ou abster-se. A sua bancada votou contra e fizeram uma declaração de voto, o porquê, que nem sequer mencionaram aqui para onde é que eram os 12 funcionários, se eram para a educação, se eram para aqui se eram para ali. O Senhor Presidente da Câmara depois fala, vai responder ao nosso voto contra, quando nós já tínhamos feito uma declaração de voto, isto é que não deve ser, não deve acontecer, isto é a sua opinião. -----

(houve dialogo que não se percebeu) -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu à deputada Ana Guerreiro e referiu que respeita a sua opinião.-----

(houve dialogo que não se percebeu) -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** referiu que já não é a primeira vez e o Senhor Vereador Sebastião sabe que não pode intervir e está a intervir. -----

Se há uma lei até agradece, se existe uma lei nesse sentido agradece que o Senhor Vereador a trouxesse, para podermos também fazer lei aqui na Assembleia Municipal. --

Agradece que a traga, sinceramente desconhece, também sabe que há uma frase que diz que “não podemos alegar o desconhecimento da lei”, mas confessa a sua ignorância em relação a esse aspeto. Não conhece essa lei e se o Senhor Vereador conhece agradece que na próxima ocasião nos traga aqui a lei para ver e se ela realmente existir, irá aqui pedir as desculpas por aquilo que aconteceu e fazer com que não volte a acontecer. ----

Por acaso até julga que nunca tinha acontecido, que eu me recorde nunca tinha acontecido. -----

Não se tendo registado nenhum pedido de intervenção, o **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a Proposta n.º 161/2023, referente à Assunção de Compromissos Plurianuais – Delegação de Competência na Câmara, nos termos do disposto na Lei n.º8/2012, de 28 de fevereiro (LCPA), alterada em anexo à Lei n.º22/2015, de 17 de março e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, a qual foi **aprovada por unanimidade com 21 a favor (PS/PSD)**.-----

#### **C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PLANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE 2024:**-----

O **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto e referiu o seguinte:-----

A formação profissional, é, reconhecidamente, um fator relevante e decisivo para a valorização dos trabalhadores e para a melhoria da qualidade dos serviços que prestam, sendo um direito que lhes assiste e um dever que as entidades empregadoras têm para com os seus colaboradores. -----

À semelhança do que tem sido feito em anos anteriores, e tal como é referido na página 5 de 37 do Plano de Formação Profissional para 2024 da Câmara Municipal, “a *Secção de Recursos Humanos elaborou o questionário de diagnóstico de necessidades formativas, de forma participada, dirigido a todos os trabalhadores e dirigentes da Câmara Municipal de Almodôvar e Agrupamento de Escolas de Almodôvar, com o objetivo*

*de identificar as necessidades formativas prioritárias, atendendo às exigências dos postos de trabalho que ocupam, às atividades a desenvolver pelas respetivas unidades orgânicas, aos objetivos individuais definidos e às competências que consideram necessitar de adquirir ou desenvolver.”*-----

É sobre este Plano de Formação Profissional que solicita ao Presidente da Câmara que esclareça esta Assembleia sobre os aspetos que julgue mais importantes, caso assim o pretenda fazer, antes das questões que naturalmente lhe poderão ser colocadas pelos Senhores Deputados Municipais.-----

O **Presidente da Câmara** tomou a palavra e explicou que este é um processo mais fácil que os anteriores. Foram consultados todos os chefes e diretores de áreas da Câmara Municipal, todos os que têm responsabilidades com recursos humanos, no sentido de aferir as necessidades formativas. Como sabem temos planos formativos que geralmente candidatam e as candidaturas requerem aqui algum procedimento, este é um deles, que sejam contempladas todas as áreas que são necessárias, mas não somos nós que as definimos, são de facto estas consultas ao pessoal.-----

Foram aferidas que eram necessárias formação na área dos Primeiros Socorros, na promoção de regras de Segurança e Higiene no Trabalho, locais de trabalho seguros e mais saudáveis, boas praticas laborais, segurança na área dos sapedores florestais, são aqueles que andam mais em perigo com motosserras e maquinaria de trabalho pesado, para os manobradores de máquinas e outros equipamento da Câmara, para a movimentação de operadores de máquinas e empilhadores da nossa área e também na área das Finanças e Tesouraria, naquilo que são as áreas financeiras e de logística, na área dos fogos rurais, na área da biblioteca, na área da comunicação colaborativa, direitos e deveres dos trabalhadores, avaliação educativa, necessidades educativas especiais, acompanhamento destas atividades educativas especiais, jardinagem, apoio à educação também nas áreas de língua gestual, é um pequeno curso que nós vamos tentar fazer também aberto à comunidade, para permitir que algumas pessoas com dificuldade em língua gestual possam ter este curso, será um curso pequeno mas vale o que vale, porque de facto temos um funcionário com essa problemática e eventualmente vamos também usar esse funcionário para servir aqui algumas dinâmicas de grupo se aparecerem candidatos para este curso.-----

Basicamente o Mapa de Formação foi feito com base nas necessidades aferidas junto dos diferentes chefes de divisão de 1.ª e 2.ª linha, encarregados e também de alguns funcionários que nos responderam a questionários. É um plano formativo ambicioso, abrangente a todas as áreas, já tivemos em 2021 e 2022. Em 2023 para completarmos faltou-nos cerca de 20 horas porque não arranjamos formador para uma área, 24 horas se não se engano, portanto certamente também vamos conseguir completar este nos próximos 3 anos e é isso que se pretende. -----

Só para terminar, os custos são relativos se conseguirmos candidatar como conseguimos no último, temos os custos inerentes às despesas de combustível para o pessoal ir à formação e a maior parte das formações é feita cá na Câmara Municipal, nem sempre aconteceu assim, porque não temos sempre alunos suficientes e junta-se geralmente outros alunos, geralmente na CIMBAL em Beja e o custo é o transporte, o combustível e as ajudas de custo para esse fim mas, são custos residuais. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição da deputada Fernanda Guerreiro. -----

Usando a palavra, a deputada **Fernanda Guerreiro** disse que acabando por vir aqui por este assunto, aproveitava também a oportunidade de corroborar com tudo aquilo que foi referido aqui há pouco em termos das necessidades que têm nas escolas, nomeadamente ao nível das Assistentes Sociais. Como foi dito, cada vez mais e fruto da escola inclusiva, temos todas as crianças na nossa escola e é para isso que nós lutamos, isso faz com que precisemos cada vez mais de quem nos auxilie, quer seja esse auxílio

desenvolvido dentro das salas de aulas, nos recreios, nas idas à casa de banho, ao nível do comportamento, ao nível da autonomia das crianças, ao nível da independência pessoal e outros aspetos. Esta situação acaba por acontecer em todas as escolas do nosso concelho, não só aqui na EB1, como em qualquer uma das outras escolas do concelho e também ao nível da Escola Secundária de Almodôvar. Portanto, o número de Assistentes Operacionais que temos neste momento, apesar de parecerem bastantes, de forma alguma elas conseguem suprimir as dificuldades que neste momento estamos a sentir a esse nível, até porque especialmente, em termos do 1.º Ciclo, a falta de professores é muita como sabem. Este ano não temos professores de apoio educativo como costumávamos ter nos anos anteriores e muitas das vezes são os Auxiliares de Ação Educativa que vão para dentro das salas de aulas fazer o apoio, no fundo coadjuvar um pouco a parte dos professores nesse sentido. -----

Era só mesmo para dar aqui esta palavrinha em relação a este assunto, até porque vem um bocadinho também na continuidade daquilo que vamos falar em termos do ponto C.4 que tem a ver com o Plano de Formação. -----

“A relevância da formação profissional nunca foi tão evidente como nos tempos atuais, uma vez que esta é um elemento essencial no desenvolvimento de qualquer organização. Neste sentido é considerada como um fator de excelência na valorização das pessoas e das próprias organizações e é encarada como um investimento essencial com retorno efetivo. -----

Neste contexto e com esta premissa a nossa autarquia desenvolveu o seu plano baseado no diagnóstico de necessidades de formação nas várias áreas da sua abrangência, considerando-se este bastante diversificado e de qualidade. -----

Este plano de formação constitui-se num documento aberto e flexível, podendo por esse motivo sofrer algumas alterações em função de necessidades detetadas. -----

Neste sentido, e considerando o atual panorama das nossas escolas, e as diretrizes neste sentido, em que apresentam um público-alvo com bastantes especificidades, fruto da globalização, da multiculturalidade, da inclusão educativa e de outros fatores que conduzem à heterogeneidade da população escolar, os quais colocam grandes desafios aos agentes educativos, entre os quais se incluem os assistentes operacionais da área da educação. -----

Estes desempenham funções muito diversificadas e em vários contextos, tais como vigilância nos recreios/intervalos, apoio aos almoços, tempos livres, salas de aula, colaborando com os docentes a suprimir barreiras que se colocam à aprendizagem, mas sobretudo à autonomia, à independência pessoal, e à gestão dos mais variadíssimos comportamentos e atitudes. -----

É por toda esta diversidade que envolve contextos, relações sociais, relações interpessoais, conflitos, problemáticas individuais que se justifica a realização de formação especializada na área da educação inclusiva, pois eles constituem um auxiliar precioso para a qualidade da ação educativa e do apoio, entre outros aspetos. -----

Face a estas situações e porque temos conhecimento que a autarquia não proporciona formação aos seus colaboradores não só porque existe obrigação legal, mas sim pelo investimento na criação de valor, propomos que seja ponderada, refletida a possibilidades de se realizar formação específica para estes agentes educativos na área mais orientada para a educação inclusiva e não só na área das Necessidades Educativas Especiais, porque as necessidades educativas especiais acabam por englobar uma pequena franja daquilo que é hoje a escola inclusiva.” -----

Concluída a intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a matéria, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado** o seguinte: -----

**Aprovar a proposta de Plano de Formação Profissional** para o ano de 2024, tendo em consideração que este documento insere-se no ciclo de gestão dos Órgãos,

fazendo parte integrante do Plano de Atividades, nos termos do n.º 3, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 86-A/2016, de 29/12. -----

**C.5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 E RESPECTIVOS ANEXOS:**-----

O **Presidente da Assembleia** fez a introdução do ponto referindo que relativamente a esta alteração ao Mapa de Pessoal para 2023 que nos é apresentada na Proposta nº 176/2023, solicita ao Senhor Presidente da Câmara que nos elucide sobre as alterações propostas e motivos da alteração, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que a Câmara teve a necessidade de fazer um pequeno ajuste no Mapa de Pessoal, nomeadamente, na área da Museologia e tendo lugares no Mapa de Pessoal noutras áreas decidiram abrir 4 lugares na área da Museologia onde querem colocar estas 4 pessoas. -----

É uma situação básica, não vai alterar em nada o orçamento municipal já aprovado porque não mexe com lugares novos mas sim alteração entre áreas ou entre unidades orgânicas destes 4 lugares. Portanto 4 lugares para a área da museologia. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição da deputada Ana Guerreiro.-----

Usando a palavra, a **deputada Ana Guerreiro** disse que estiveram a falar ao nível da formação, acha que a formação pessoal, a formação em termos dos funcionários é muito importante e agora com esta mudança, esta alteração no Mapa de Pessoal destas 4 pessoas, gostaria de saber se é só uma mudança para os museus ou se também têm uma formação específica nessas áreas que é tão importante, a área do turismo para o desenvolvimento da parte turística e de museologia no nosso concelho. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que isto vem ao encontro daquilo que o PSD também evoca, que é no fundo gerir os recursos humanos entre diferentes departamentos, onde as pessoas se sentem menos bem mudamos para outros lugares onde precisamos ou onde o perfil das pessoas não se enquadra naquele trabalho, tentamos ir ajustando, nem sempre é possível e nem sempre conseguimos satisfazer todos, como é natural, mas a ideia é precisamente essa, se uma pessoa não se ajusta, não se adequa a trabalhar numa JI, por exemplo, tentar o mais rápido possível mudá-la e encontrar outras pessoas doutros setores, doutras unidades orgânicas, que possam fazer esse trabalho. Depois, à medida que as pessoas se vão reformando também temos de substituir se quisermos manter os espaços abertos. Não vai dizer que estas pessoas vão ficar nos Museus para sempre ou que vão ficar no Turismo, são pessoas que entram e onde houver necessidade, a seguir se calhar sai alguém da museologia para ir para outros lugares, ou estas pessoas daqui a algum tempo quando houver necessidade sairão também para outros lugares, que é o normal, é o que fazemos nas Câmaras Municipais a gerir os recursos humanos. As pessoas não entram para um lugar definitivamente para ficar lá para sempre, entram, se não se adequarem, se acharem que aquele lugar não é o adequado, se acham que se davam melhor noutro sítio e nós precisamos noutro sítio, e ainda há bocadinho mencionou uma área onde fazem muita, muita falta, é natural que possamos mudar as pessoas quando a lei o permite fazer e estas pessoas podem estar no Turismo, podem estar nos Museus, como podem vir daqui a um ano estar noutro sítio qualquer onde façam falta e onde o seu perfil ou a sua vontade laboral se possa justificar. -----

(a deputada Ana Guerreiro falou sem micro)-----

Prosseguindo, o Presidente da Câmara, disse que sim, há formação específica, apesar da formação da área de Turismo e Museologia necessitar de levar uns toques bem

profundos, reconhece que deveriam ter uma área formativa mais vocacionada para a componente de explicação técnica, para vender histórias, reconhece que faz falta e vão com certeza melhorar, mas sim, vão receber formação, mas a formação nessa área ainda não está ao nível que nós temos que estar.-----

Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta n.º 176/2023, tendo a **Assembleia Municipal**, nos termos da alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

**Aprovar a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023, bem como os demais documentos que o integram**, cujos originais se encontram arquivados na pasta anexa ao livro de atas e que aqui se dão como totalmente reproduzidos. -----

**C.6 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE 1.ª ALTERAÇÃO À ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO CONCELHO DE ALMODÔVAR**: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e referiu que tal como já tinha referido no início, este ponto será retirado da ordem de trabalhos.-----

Nesse âmbito solicitou ao Presidente da Câmara para de uma forma muito breve explicar aos Senhores Deputados Municipais as razões pelas quais solicitou que se retire este Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

O **Presidente da Câmara** começou por explicar que fizeram uma candidatura ao ELH, como os Senhores Deputados sabem, foi aprovada aqui, era uma candidatura de cerca de 2 milhões de euros em 4 linhas de apoio, linhas diversificadas. O ELH durante dois anos não conseguimos nada, não conseguimos aprovar nada, tivemos umas disputas dentro do ELH e umas reuniões de trabalho onde conseguimos que nos dessem indicadores ou indicações para formalizar a candidatura de outra maneira, aprovamos uma nova candidatura em reunião de Câmara, com algumas diferenças, incluindo construção nova, que era a medida M9, que era uma medida que não aparece no vosso ELH que aprovamos aqui, e aplicamos os coeficientes todos ao mesmo valor que tínhamos aplicado quando aprovamos o 1.º ELH, há 3 anos atrás.-----

O IHRU devolveu-nos o processo a dizer que os preços de construção não estavam completamente diferentes e que seria agora um valor diferente. -----

Inicialmente pensou, ou levaram-no a pensar, que seriam alterações muito pouco significativas, seria uma questão de medidas, os valores que mudavam de medidas saía um milhão de uma passava 500 mil para outra, mas afinal aquilo muda a sério e estamos a falar de uma alteração que ronda os 4 milhões de euros. Portanto, a juntar aos 2 milhões existentes na contraproposta que nos fizeram, terá aceitação ou não, não temos nada a perder, gastamos o que gastarmos o que não se gastar não se gastou, mas vamos formalizar a candidatura por essa via. Claro que assim não está pronta, não foi aprovada em Câmara e a versão que aqui vinha era uma versão que não teve o aval positivo do IHRU, portanto é para tirar da ordem de trabalhos, vamos aprovar uma falácia, não vale a pena estarmos a aprovar algo que a seguir já não tem valor. -----

Não havendo pedidos de intervenção e face ao solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara, a **Assembleia deliberou RETIRAR A PRESENTE MATÉRIA DA ORDEM DO DIA**. -----

**C.7 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO À PROPOSTA N.º 140/2023 QUE FIXA AS TAXAS ANUAIS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)**: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e disse que tal como fizeram no ponto anterior, solicita ao Presidente da Câmara que os elucide sobre as principais

alterações contempladas na Proposta n.º 140/2023, antes de dar a palavra aos Deputados Municipais. -----

**O Presidente da Câmara** começou por explicar que tem a ver com o IMI, tem a ver com uma possibilidade que o Governo dá às Câmaras Municipais sobre abdicar parte da receita do IMI, às vezes temos aqui discussões relativa ao IRS que devíamos abdicar de 1%, 0.5%, aqui está uma situação em que eu estou completamente corroborativo em relação a abdicar desta receita, é mais valor que o IRS, por cada pessoa, mas é mais abrangente sobre o ponto de vista da necessidade, porque estas pessoas com um filho, com dois, com três e mais, eventualmente, na compra da casa faz-lhe mais jeito pouparem este dinheiro do que um funcionário comum que não tem, digamos, mais-valias ou onde gastar aquele dinheiro e não faz tanta diferença dos 15 ou 20 euros que nós podíamos poupar. É uma opinião, respeita outras, não pensem que está aqui a ser advogado de Deus ou do diabo, não é essa a questão, é a sua opinião e partilha-a com os deputados porque acha que tem de o fazer, para perceberem a lógica. -----

Os órgãos tinham aprovado inicialmente um valor que iam abdicar de 20 euros para um filho dependente, 40 euros para dois e 70 euros para 3 ou mais e agora há uma normativa no orçamento que veio a seguir e que vem propor, nem perguntam se queremos, perguntam só se aceitam ou não, que podíamos aumentar este valor para 30 euros para um dependente a cargo, 70 euros para dois dependentes e 140 euros para 3 ou mais. -----

Acha que é uma excelente medida da nossa parte, aprovaram em Câmara e espera que os Senhores Deputados também aprovem aqui. Para si tem muito mais valor, como disse há bocadinho, do que retirar meio por cento ou um por cento de IRS, porque este sim bate com empréstimos bancários, juros mais altos, famílias numerosas e de facto temos que dar aqui a nossa mão e esta é a sua proposta. -----

**O Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição do deputado Pedro Franco. -----

Usando a palavra, o **deputado Pedro Franco** disse que há uma questão que parece que não se entendem relativamente à questão do que se refere a justiça social, porque IMI é um imposto sobre imóveis, é um imposto sobre quem tem imóveis, é que há famílias que não têm dinheiro para ter os imóveis e esses se calhar andam a pagar o IRS e para o PSD era mais justo a redução de IRS, que é um imposto sobre o trabalhador, não um imposto sobre o proprietário, o proprietário é quem tem posses para ter a propriedade, o trabalhador não necessariamente. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a alteração à Proposta n.º 140/2023, tendo a **Assembleia Municipal**, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação,, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

**Aprovar a alteração ao n.º 3 da Proposta n.º 140/2023**, que passará a ter a seguinte redação: -----

“1.º [...] -----

2.º [...] -----

“3.º Nos termos e para os efeitos do artigo 112.º-A do mesmo diploma reduzir a taxa do IMI para as famílias com dependentes, que, nos termos do artigo 13º do código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro do ano anterior aquele a que respeita, nos termos seguintes: -----

Redução de €30,00, para 1 dependente a cargo; -----

Redução de €70,00, para 2 dependentes a cargo; -----

Redução de €140,00, para 3 ou mais dependentes a cargo.” -----

4.º [...]” -----



**C.8 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NA UNIDADE DE SAÚDE DE ALMODÔVAR:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e disse que a versão final foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 15 de novembro de 2023, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que os elucide sobre os aspetos deste Regulamento que considere mais importantes, antes de dar a palavra aos Deputados Municipais. -----

O **Presidente da Câmara** começou por explicar que têm andado a trabalhar já há 2 ou 3 anos com normas de apoio aos médicos. Como todos sabem, tem sido uma dificuldade incrível os médicos no nosso país, não falamos de Almodôvar nem destes concelhos mais distantes de Lisboa, onde já tem graves dificuldades, imaginam naturalmente os concelhos com menos população, com menos meios, com menos transportes públicos, enfim com menos diversão, a juntar o facto de os estudantes estudarem em Lisboa a medicina durante 7 ou 8 anos e quando acabam o curso, alguns deles são casados, alguns deles com casa comprada, portanto é muito difícil trazer médicos para a periferia da capital e das grandes cidades. A pensar nisso, algumas Câmaras Municipais, como é o caso da nossa, criaram algumas normas que hoje estamos aqui a tentar transformar em Regulamento, para ter uma disciplina maior e estar aprovado pela Assembleia também, onde médicos que reúnam as condições deste regulamento, deste apoio, tenham direito a alguns apoios que irá já citar. -----

Para ter direito ao apoio tem de cumprir, nomeadamente, estar a trabalhar na área da saúde em Almodôvar, no Centro de Saúde, com contratos a 3 anos ou prorrogados por igual período de tempo ou mais. Os apoios que aprovaram em reunião de Câmara e que a Assembleia eventualmente irá também aprovar, é um valor até 500,00€ para apoiar a renda de uma habitação ou 500,00€ para participar também, isto é cumulativo, participar despesas de deslocação do local de habitação para a unidade de saúde, de onde estão para vir para cá, um médico que esteja no Porto e queira vir para Almodôvar, um médico que esteja em Bruxelas e queira vir para Almodôvar, já aconteceu, pagamos até 500,00€ para ajuda na participação da viagem e também um valor fixo de 500,00€, este não é cumulativo, com a renda para pagamento de casa própria. Nós até estimulamos e gostaríamos que todos comprassem casa cá, isso significa que ficariam por cá mais tempo, que criariam raízes cá. Estes 500,00€ foram inseridos na última reunião de Câmara, foi uma modalidade nova que surgiu face a umas necessidades que surgiram e com esta versão, agora sim, podem aprovar o Regulamento, se estiver do vosso acordo, porque temos aqui, além disto, mais 2 ou 3 pequenas coisas que é o acesso gratuito às piscinas municipais cobertas e descobertas e ao cineteatro, bem como a isenção do pagamento da tarifa de água até 10m3 de consumo de água. Portanto, no fundo estamos a dar tudo o que é possível para cativar médicos para virem para o concelho de Almodôvar. -----

Há uma norma que ainda vamos implementar, melhor, vamos criar especificidade no regulamento, que é a eventual atribuição de um lote para construção se o médico cá estiver eventualmente por 25 anos. Estamos ainda a ponderar a estudar juridicamente esta questão, precisamente para trazer casais novos para Almodôvar que depois se fixem e que fiquem cá e que façam cá o seu trabalho, a sua medicina, de maneira que daí para a frente possam ter cá casa e o ter cá casa significa estar ligado diretamente à nossa comunidade e conviverem connosco. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado inscrições. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

**Aprovar a versão final** do Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar na Unidade de Saúde de Almodôvar. -----

**C.9 - CONHECIMENTO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA VIGORAR NO ANO ECONÓMICO DE 2024:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e perguntou ao Presidente da Câmara se quer acrescentar alguma informação para além da que consta na Proposta n.º 168/2023, relativa à atualização da “Tabela de Taxas e outras receitas municipais para vigorar no ano económico de 2024”, e que foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2023. -----

O **Presidente da Câmara** começou por relembrar que é uma situação que advém da taxa de inflação publicada pelo INE, que para este ano foi de 6,3%. Propôs aplicar esta percentagem de inflação a todas as taxas na Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal e o que vai acrescentar é porque é que propôs. Tem a ver com o aumento de praticamente todos os produtos, de todos os materiais, todos os consumíveis, todos os custos da Câmara Municipal e, de facto, dividindo isto ainda que seja de pouca relevância, que num documento que custa ao munícipe 3 euros subir 6%, será muito pouco, uma questão de cêntimos, mas no bolo total, no final do ano, dá-nos uma ajuda financeira e também permite que as taxas vão acompanhando mais ou menos a inflação, pois já tem existido anos em que não subimos, quando a inflação é muito pequena, este ano foi 6,3% e de maneira que decidiu propor em Câmara e como disse o Presidente da Assembleia foi aprovado por unanimidade. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado inscrições. -----

A **Assembleia Municipal tomou conhecimento da Atualização** das Taxas e Outras Receitas Municipais Constantes na Tabela Anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar no ano económico de 2024. -----

**C.10 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que de acordo com o que está estipulado na lei e contemplado no Regimento da Assembleia Municipal, e na sequência da Proposta n.º 166/2022, aprovada na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 28 de outubro de 2022 e na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de novembro de 2022, solicita ao Presidente da Câmara, se quer desde já, prestar algum esclarecimento sobre o documento em apreço, ou se reserva a sua intervenção para eventuais pedidos de esclarecimento que lhe possam ser colocados pelos Deputados Municipais.-----

O **Presidente da Câmara** quis clarificar que esta relação de Compromissos Plurianuais é precisamente aquilo que aprovaram há bocadinho, e que é presente

sempre em todas as sessões de Assembleia, para dar conhecimento aos Senhores Deputados daquilo que a Câmara faz com a autorização que lhes deram. -----

Mais referiu, que está disponível para algum esclarecimento e não irá acrescentar mais nada. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

A **Assembleia Municipal tomou conhecimento** da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação. -----

**C.11 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e referiu que de acordo com o ponto 1, do artigo 37º do Regimento desta Assembleia Municipal, em cada sessão ordinária “*O Presidente da Câmara Municipal deve remeter ao Presidente da Assembleia Municipal, ... uma Informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.*” -----

Perguntou ao Presidente da Câmara se quer fazer algum esclarecimento inicial sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos, ou se pretende fazê-lo apenas depois das intervenções dos senhores deputados ou das questões que eventualmente lhe queiram colocar. -----

O **Presidente da Câmara** clarificou que está disponível, não pode estar a falar sobre o documento que tem compilado, um documento muito intenso, muito significativo, por isso se houver qualquer dúvida agradece que a coloquem. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição. -----

A **Assembleia Municipal apreciou** a informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento. -----

**C.12 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

O **Presidente da Assembleia** disse que antes de dar por encerrada mais uma sessão da assembleia municipal, não sabe se será a última deste ano, a fazer fé no que o Presidente da Câmara disse provavelmente irá haver mais uma sessão extraordinária, mas isso depois aguardemos para ver.

Posto isto, muito boa noite, obrigado pela presença de todos e deseja uma boa semana de trabalho. -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **zero horas e quinze minutos**, do dia 28 de novembro de 2023. -----

ATA N.º 15 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023  
QUADRIÉNIO 2021-2025

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----